

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 22

REPÓRTER NEWS - MT - OPINIÃO
ANFIP

Injustiça fiscal 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad não descarta novos "remédios" para ajuste fiscal 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado isenta importação de remédios de até US\$ 10 mil 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

LDO: aprovado relatório preliminar 7

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Cuidado no corte de gastos 8

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
SEGURIDADE SOCIAL

O pacote fiscal e o PIB trimestral (Artigo) 10

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Renda de 16 mil idosos no Estado está sob ameaça 12

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS tem mais de 5 milhões de ações na Justiça; veja como agilizar seu processo 14

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Senado pode votar nesta quinta o projeto de regulamentação da inteligência artificial
..... 16

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

MEIs têm até 31 de dezembro para evitar exclusão do Simples Nacional 18

PORTAL UOL - FOLHAJUS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS tem mais de 5 milhões de ações na Justiça; veja como agilizar seu processo 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
SERVIDOR PÚBLICO

Marco para tornar a Justiça mais eficiente - VISÃO DO DIREITO 21

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

STF acerta em aprimorar transparência de emendas (Editorial) 23

VALOR ECONÔMICO - SP - REFEIÇÃO COLETIVA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor se movimenta na reforma tributária 25

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: Prefeitos pressionam o Congresso	26
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Sem aumentar a produtividade, não tem como melhorar a vida dos mais pobres , diz especialista em trabalho	27
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Senado adia votacao sobre jogos de azar	29
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Pacote é "insuficiente" para economizar R\$ 71,9 bilhões	31
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo não pode se acomodar, defende vice	33
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Cira investiga sonegação fiscal estimada em R\$ 900 milhões	35
REVISTA ISTO É DINHEIRO - ENTREVISTA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"O governo gastou dois anos olhando apenas a arrecadação"	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Câmara aprova urgência para votar projetos do pacote	39
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Menor patamar da história	40
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Desigualdade persiste mesmo com alta do PIB e benefícios sociais	42
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Câmara aprova urgência de projetos sobre gastos	43
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Câmara aprova urgências para projetos do pacote fiscal por placar apertado	44
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Tensão comerdal ameaça a economia global, diz OCDE	46
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Economia não está crescendo acima de seu potencial (Artigo)	47
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Expansão de captações privadas retarda efeito de alta da Selic	49
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Economia resiliente permite flexibilização lenta, diz Powell	51

Quinta-Feira, 5 de Dezembro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BC terá "meses de más notícias" à frente e precisa de "munição", diz Guardado..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Precatórios x FIIs:ondehá mais chance de retorno? - PALAVRA DO GESTOR..... 53

VALOR ECONÔMICO - SP - REFEIÇÃO COLETIVA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fase de mudanças..... 55

REVISTA ISTO É DINHEIRO - DINHEIRO NA SEMANA
ECONOMIA

Investimentos privados em alta - DINHEIRO NA SEMANA.....57

Injustiça fiscal

Victor Humberto Maizman

Na semana passada o Ministro da Economia, ao enaltecer a necessidade de ser observado o critério da Justiça Fiscal, noticiou que irá cortar gastos da União e juntamente anunciou que irá encaminhar para o Congresso Nacional a proposta de ampliar o campo de isenção de Imposto de Renda para todos que recebem até R\$ 5.000,00 mensais.

De acordo com novos dados da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil, a defasagem da tabela do Imposto de Renda entre 1996 e 2024 alcançou 167,02%.

Portanto, com a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, a diferença da primeira faixa de tributação ficará praticamente zerada, uma vez que para acabar a defasagem, a correção certa de isenção seria de R\$ 5.084,84.

Pois bem, atualmente ficam isentos do Imposto de Renda cerca de 14,5 milhões de brasileiros, mas com a atualização da tabela do Imposto de Renda, esse número deve mais que dobrar e chegar a 30 milhões de um total de 44 milhões de contribuintes obrigados a declarar o Imposto de Renda atualmente.

Então, o que de fato foi proposto pelo Ministro da Economia é atualizar a faixa de isenção do Imposto de Renda, o que deveria ser efetivado desde 1996!

Desse modo, ano a ano o contribuinte vem pagando Imposto de Renda sobre a **inflação**, uma vez que não houve como mencionado a atualização da faixa de isenção durante todos estes anos.

E em se falando de Justiça Fiscal, se torna injusto do ponto de vista fiscal que o cidadão esteja impedido de deduzir do valor devido a título de imposto de renda os gastos considerados como essenciais, a exemplo dos medicamentos.

Não por isso, há uma regra prevista na Constituição Federal que impõe que o poder de tributar deve observar a capacidade contributiva do contribuinte, a fim de assegurá-lo uma incidência fiscal que não venha a comprometer sua subsistência.

Como mencionado em outras oportunidades, a legislação do Imposto de Renda não permite que sejam deduzidas as despesas com medicamentos,

hipótese que viola inclusive o Princípio Constitucional da Dignidade Humana, conforme inclusive já observado pelo Supremo Tribunal Federal quando afastou a possibilidade de se cobrar o referido tributo sobre o recebimento de pensões alimentícias.

Com efeito, se o contribuinte pode abater as despesas em que incorreu com médicos, dentistas e outros profissionais de saúde, sem obedecer a limite, uma vez que tais despesas se revelam involuntárias e absolutamente necessárias, não se revela lógico proibir o abatimento de gastos com medicamentos.

E ainda, ao negar ao contribuinte o direito à dedução dos gastos com remédios, gastos estes de caráter obrigatório, tal hipótese contribui para que não seja respeitado o chamado mínimo social, ou vital, ou existencial.

De todo modo, fica evidente que ainda precisa avançar muito para dizer que está sendo observada a regra de Justiça Fiscal, uma vez que seu objetivo é garantir que a carga tributária seja distribuída de forma justa entre os cidadãos e as empresas, considerando sua capacidade contributiva e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Victor Humberto Maizman é advogado e consultor jurídico tributário e professor em Direito Tributário.

Site:

http://www.reporternews.com.br/artigo/6464/Injustica_fiscal

Haddad não descarta novos "remédios" para ajuste fiscal

Estevão Taiar e Gabriela Pereira De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que as medidas de ajuste fiscal que ficaram fora do pacote divulgado na semana passada pelo governo não estão descartadas. A afirmação foi feita ontem após ser questionado sobre a possibilidade de o governo federal propor no futuro mudanças que foram discutidas internamente, como alterações nas regras do seguro-desemprego e de gastos com educação, mas que no fim não foram apresentadas.

"Foi para o Congresso aquilo que estava maduro. O mercado está tratando assim: o governo mandou isso e desistiu daquilo. Mas não funciona dessa maneira", disse no Fórum Jota, em Brasília. Haddad afirmou que Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento e Orçamento e **Receita Federal** continuam "debruçados sobre o problema fiscal" e que o governo federal "não descarta um remédio que pode ser necessário".

O pacote apresentado na semana passada projeta diminuir em R\$ 70 bilhões pelos próximos dois anos o ritmo de crescimento de gastos primários, que não incluem despesas com a dívida pública, da União. Entre as medidas, está a limitação do crescimento real do salário mínimo a 2,5% ao ano. O conjunto frustrou diversos especialistas em contas públicas e agentes do mercado, que afirmam que as propostas pouco fazem para diminuir o ritmo de expansão da dívida pública.

"Se a gente entender que essas medidas não são suficientes, você tem que voltar para a linha, buscar soluções", disse Haddad. "Mas acredito que o que foi endereçado, neste momento, atende o que a área econômica pretende de resultados fiscais para os próximos anos."

Questionado sobre a frustração do mercado, Haddad afirmou que "é preciso fazer uma distinção" entre a parte do mercado que trabalha com "intermediação financeira", como os bancos, "e o mercado financeiro de outro tipo", como os fundos de gestão de fortunas.

"As pessoas ligadas à intermediação financeira dizem que o pacote está sendo subestimado pelo mercado", afirmou o ministro. "Mexemos com muita coisa."

Conforme divulgado na terça-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu 4% no terceiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2023. Haddad lembrou que "tem gente que diz que isso não é sustentável" e afirmou que "por isso estamos tomando essas medidas" de ajuste.

O ministro destacou que o Brasil está com a menor taxa de desemprego da série histórica, de 6,2% no trimestre encerrado em outubro, segundo o IBGE, e que "está faltando mão de obra em vários lugares".

"Nós temos que contornar os desequilíbrios por outro lado", afirmou. "Não são só os juros que resolverão o problema. Precisamos atuar do lado fiscal e do lado monetário para ancorar isso e não precisar chegar a um patamar de juros que acabará prejudicando mais do que ajudando."

Haddad ainda se disse confiante com as perspectivas de o Congresso Nacional aprovar o pacote neste ano, "até para fechar o Orçamento" de 2025. "Tem até um apetite por mais controle de gastos", afirmou.

"Foi para o Congresso Nacional aquilo que estava maduro" Fernando Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188059?page=2§ion=1>

Senado isenta importação de remédios de até US\$ 10 mil

Caetano Tonet De Brasília

O Senado aprovou na quarta-feira (4) projeto de lei que garante a isenção para importação de medicamentos de até US\$ 10 mil. A possibilidade já existia, mas foi revogada pelo Congresso coma aprovação da tributação de importações por pessoas físicas, a chamada "taxa das blusinhas".

Como os senadores não alteraram a versão que já havia sido aprovada na Câmara dos Deputados, o texto vai à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O projeto substitui medidas provisórias (MPs) enviadas pelo governo para garantir a isenção para os medicamentos, que perderam a validade no fim de outubro sem a apreciação do Congresso, em meio ao embate entre Câmara e Senado sobre o rito de tramitação das MPs. Com isso, remédios

para tratar doenças raras, por exemplo, passaram a ser taxados com uma alíquota de 60%.

Agora, caso seja sancionada da maneira como foi aprovada pelo Congresso, a lei permitirá ao Ministério da Fazenda isentara importação de medicamentos por pessoas físicas para consumo próprio.

O texto altera outras regras da tributação de produtos vindos do exterior. Uma das mudanças é a autorização para que a Fazenda estabeleça alíquotas diferentes para quem está no programa Remessa Conforme, criado para facilitar importações e fiscalizar o e-commerce internacional.

Pela lei em vigor, há cobrança de 20% de Imposto de Importação sobre as compras de até US\$ 50 e de 60% para produtos entre US\$ 50 e US\$ 3 mil. O governo federal poderá estabelecer outros valores para quem não está no Remessa, numa medida para estimular a adesão à iniciativa da **Receita Federal**. Atualmente, há 18 empresas cadastradas no programa.

O texto também permite a devolução do imposto pago pelo consumidor na importação, caso ele decida devolver o produto gratuitamente em até sete dias, como prevê o Código de Defesa do Consumidor. Essa foi uma demanda das empresas que, diante de um impasse jurídico sobre o responsável, passaram a

absorver o custo sem conseguir o valor do tributo de volta, embora tivessem a necessidade de fazer o ressarcimento ao comprador.

Para concretizar a devolução do imposto, no entanto, é preciso que o produto retome ao exterior. Se a empresa optar por manter a mercadoria no Brasil para manutenção de estoque visando futura revenda, ficará como substituto tributário do contribuinte. Os procedimentos para isso serão disciplinados pela Receita.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188059?page=2§ion=1>

LDO: aprovado relatório preliminar

» JÚLIA PORTELA » CAMILA CURADO

A Comissão Mista do Orçamento (CMO) aprovou, ontem, o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025. Isso significa que parlamentares podem começar a propor emendas, ou seja, alterações no texto. Esse prazo vai até a próxima terça-feira.

A votação ocorreu em meio ao imbróglio do Congresso com o Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às emendas parlamentares. Nesta semana, o ministro Flávio Dino liberou os repasses, que estavam bloqueados desde agosto, mas impôs uma série de exigências para garantir transparência e rastreabilidade dos recursos.

O relator da LDO, Confúcio Moura (MDB-RO), disse que tem trabalhado para incorporar as regras de execução das emendas parlamentares ao Orçamento impostas pelo STF. Segundo ele, o impasse entre a Corte e Legislativo se mantém.

"Nem o Supremo ficou satisfeito com a lei apresentada pelo Congresso nem o Congresso está satisfeito com as determinações do Supremo. Então, vamos ter de conciliar muita coisa com a LDO de 2025, relatada por mim, que vai ter que explicar isso", frisou.

Para Moura, o relatório final aprovado permitirá que dúvidas restantes sobre o que pode ser feito em relação às emendas parlamentares ao Orçamento sejam solucionadas. Nessa etapa, as regras ainda podem passar por modificações, apesar das recentes alterações feitas pelo Congresso por meio da Lei Complementar (LC) 210 de 2024.

Ainda é necessário, segundo o parlamentar, definir o que são obras estruturantes e estabelecer o plano de trabalho para as emendas Pix, exigências de Dino.

"Vamos seguir todo o rito aprovado pelo Supremo", disse.

Moura ressaltou que a votação do texto na CMO deve ocorrer até 18 de dezembro, para seguir ao plenário antes do recesso parlamentar. "Não temos mais prazo longo para isso. Teremos dois dias para a análise de aproximadamente 2.500 a 3.000 emendas. É muito difícil uma análise apurada de tudo. Eu vou amontoar as emendas num pacote e fazer um parecer bruto", explicou.

O parlamentar destacou a necessidade de critérios claros para projetos estruturantes, que devem se basear no Plano Plurianual 2024-2027, e de maior organização nas emendas parlamentares. A LDO de 2025 prevê equilíbrio entre receitas e despesas, priorizando ações para prevenir eventos climáticos extremos e projetos em execução.

Apesar da meta de déficit fiscal zero para 2025, a redução de receitas extraordinárias preocupa. Em caso de frustração na arrecadação, o governo poderá recorrer ao contingenciamento de despesas.

Além disso, medidas de revisão de gastos, como ajustes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), do Ministério da Agricultura e Pecuária, prometem economizar R\$ 37,3 bilhões até 2028.

Ele também alertou para o impacto da alta taxa Selic na dívida pública, que deve alcançar 77,9% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2025. O senador ressaltou a importância de atrair investimentos estrangeiros para infraestrutura e saneamento, ampliando a segurança jurídica e a confiabilidade econômica do Brasil. Segundo ele, uma maior cooperação entre os Poderes é essencial para garantir sustentabilidade fiscal e um ambiente econômico que favoreça investimentos, especialmente em áreas essenciais para o desenvolvimento do país.

O Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) destacou que as emendas de bancadas estaduais devem priorizar a conclusão de obras ou etapas já iniciadas, conforme determina a Lei Complementar 210/24. O PLDO de 2025 foi o primeiro apresentado dentro das novas regras do arcabouço fiscal, que limita o crescimento real dos gastos públicos a 70% da alta real da receita.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6713/04-12-2024.html?all=1>

Cuidado no corte de gastos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que as medidas do pacote de contenção de gastos, em particular as que mexem com benefícios para as camadas mais pobres da população, estão sendo feitas "com a maior delicadeza".

Ele acrescentou que não quer ser conhecido por punir indevidamente as pessoas ao cortar benefícios de quem teria direito a recebê-lo.

Lula também voltou a falar na expectativa de crescimento da economia neste ano, em torno de 3,5%.

E disse que os índices estão fortes, "apesar daqueles que querem trabalhar contra".

As falas aconteceram durante cerimônia no Palácio do Planalto para a transferência da gestão de hospitais federais do Rio de Janeiro para a prefeitura.

O presidente comentava que empresários relataram para ele a dificuldade de contratar trabalhadores para os seus negócios e afirmou que muitos colocam a culpa por essa situação nos benefícios sociais, que estaria fazendo com que muitas pessoas evitassem procurar emprego.

Sem citar nominalmente a medida, Lula fez referência ao chamado "pente-fino" nos benefícios sociais, que faz parte das medidas de corte de gastos, e disse que isso está sendo feito com seriedade, para evitar retirar o benefício de quem tem direito.

"O pessoal costuma jogar a culpa [pela falta de mão-de-obra] no Bolsa Família, porque tem sempre que alguém ser culpado e o culpado é o pobre. O pessoal joga a culpa no Bolsa Família, o pessoal joga a culpa no aposentado do **INSS**, joga a culpa no BPC, tudo coisas que estamos fazendo [medidas de contenção de gastos] com a maior delicadeza possível", afirmou o presidente.

"A gente não quer ir para as páginas dos jornais punindo alguém que não pode ser punido. A gente quer fazer o levantamento fidedigno.

A gente vai fazer com que todas as pessoas façam levantamento da sua situação real. Aqueles que têm direito vão continuar recebendo, aqueles que estão recebendo de forma ilícita vão parar de receber.

Esse é o preço que a gente paga por ser sério",

completou.

As mudanças Na semana passada, a equipe do ministro Fernando Haddad apresentou o pacote de contenção de gastos, com projeção de economia de R\$ 327 bilhões até 2030. Dentre as medidas previstas estão mudanças nas regras de reajuste do salário mínimo e uma perto nas regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedidos a pessoas com deficiência e idosos com mais de 65 anos de baixa renda.

Lula não comentou o resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) no terceiro trimestre do ano, que cresceu 0,9%. Por outro lado, exaltou o crescimento anual da economia no ano passado e a perspectiva para este ano, em torno 3,5%.

"O **PIB** de 2023 não foi 2,9%, foi 3,2%. O **PIB** de 2024 não será 1,5%, como o mercado previa. Vai ser 3,5%. E a gente vai fazer um esforço muito grande para continuar fazendo as coisas acontecerem nesse país independentemente daqueles que querem trabalhar contra", afirmou.

Golpe Em seu discurso, Lula disse também que se, ao final de seu mandato, não houver mais pessoas tramando golpes de Estado, seu governo já terá cumprido uma missão.

"O que nós queremos é que as pessoas aprendam a respeitar os outros sendo o que eles quiserem ser. Se a gente conseguir isso, e sobretudo respeitar o resultado eleitoral, que ninguém fique tramando golpe, que ninguém fique desacreditando urna, que ninguém fique inventando, nós já vamos ter cumprido uma missão extremamente importante nesse país", declarou o presidente da República.

A fala do chefe do governo vem em um momento em que a Polícia Federal avança em investigações contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e seu grupo político pelo suposto planejamento de um golpe de Estado para permanecer no poder depois de perder a eleição de 2022.

O petista também afirmou que seu governo quer entregar um programa Mais Especialistas, voltado ao fornecimento de atendimento médico especializado. Segundo ele, a ideia é fazer uma divulgação sobre o tema ainda neste ano.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil?edicao=18347>

O pacote fiscal e o PIB trimestral (Artigo)

Roberto Macedo

Roberto Macedo ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

O pacote fiscal federal vem sendo muito comentado desde que saiu, enquanto o Produto Interno Bruto (**PIB**) do terceiro trimestre de 2024 saiu antes de ontem. Começando pelo primeiro, como a maioria dos analistas, também me surpreendi ao ver as várias medidas voltadas para as despesas orçamentárias acompanhadas da notícia da zeragem do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês. Mas, pensando bem, do presidente Lula da Silva só se pode esperar esse tipo de coisa, pois seu foco é atrair votos para sua reeleição em 2026. Na linha do "gasto é vida" deve ter sido muito difícil convencê-lo a assinar o restante do pacote, e foi necessária essa proposta populista compensadora que equivale a um gasto tributário, ao implicar em perda de arrecadação.

E ela não será avaliada agora pelo Congresso. Ficou para o ano que vem.

A Folha de S.Paulo da última sexta-feira listou 13 medidas de corte de gastos e entre as mais conhecidas estão um limite para o efeito do salário mínimo nas contas da **Previdência Social**, algum bloqueio das emendas parlamentares, uma redução do abono salarial e do Benefício de Prestação Continuada, e um aperto nas regras do sistema de proteção aos militares. O jornal falou de uma economia de R\$ 30,6 bilhões em 2025. Li em algum lugar que o governo falou em R\$ 70 bilhões, mas uma avaliação mais precisa só poderá acontecer após a passagem do pacote pelo Congresso, que enseja muitas discussões de detalhes. Na discussão houve muitas informações desencontradas e medidas não detalhadas.

Quanto a essa passagem, o Executivo está contando com o apoio dos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, respectivamente, e até parece que foi tudo combinado anteriormente.

Algo que creio que pesou é que ambos não são candidatos à reeleição no Congresso, mas sim a cargos em eleições nos seus Estados de origem em 2026, e querem sair bem comportados na questão fiscal. Aguardemos, pois, a passagem do pacote pelo Congresso para uma avaliação mais precisa do que for aprovado.

Quanto ao Produto Interno Bruto do terceiro trimestre, ele veio à taxa de 0,9% relativamente ao trimestre anterior, o que é uma taxa boa, mas a taxa do segundo trimestre foi de 1,4%, o que mostra desaceleração, e está em linha com a perspectiva do mercado que, por meio do Boletim Focus, além de prever uma taxa próxima de 3% em 2024, vê uma queda para perto de 2% em 2025. Mas não seria uma surpresa se, como em anos recentes, essa previsão se ampliasse ao longo do tempo.

Minha visão, contudo, suporta essa queda, pois venho insistindo que desde 1980 o **PIB** brasileiro reduziu bastante sua taxa de crescimento, crescendo menos que nas décadas anteriores. Quando mostra alguma reação, chegando aos 3%, logo volta para taxas mais próximas de 2%, situado que está na chamada armadilha da (baixa) renda média que marca seu desempenho, inferior até mesmo ao de outros países em desenvolvimento.

Em outras palavras, está ficando para trás.

Alguns fatores subjacentes a essa situação são os seguintes.

Primeiro, o discurso em prol de taxas maiores e sustentáveis, de 4% a 5%, é raro e não parece atrair o interesse da sociedade que transformasse o tema numa demanda política.

Segundo, a classe política também não demonstra apego ao tema, com os membros do Congresso ocupando-se mais com o interesse pessoal e de grupos, num processo em que se destacam as emendas parlamentares.

O Executivo se assenta no populismo do presidente Lula, conforme demonstrado recentemente com esse pacote de "ajuste fiscal" em que acomodou sua promessa de zerar o Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5 mil por mês. Terceiro, esse comportamento do governo em que tanto o Executivo como o Congresso mostraram sua preferência por mais gastos sociais reduziu a proporção do **PIB** destinada a investimentos, e acredito que esse comportamento também envolveu Estados e municípios.

Como resultado, a porcentagem do **PIB** destinada a investimentos públicos, que antes de 1980 chegou perto de 10%, está hoje próxima de apenas 2%, uma

queda enorme que se refletiu na taxa de crescimento da economia, pois esta depende muito do investimento em capacidade produtiva.

Lembro novamente que a premiação recente do Nobel de Economia foi para três economistas americanos, Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson, que mostraram a importância das instituições na promoção do desenvolvimento econômico.

Instituições no sentido lato, que incluem a própria sociedade, suas lideranças e partidos políticos. Dentro desse conceito, incluem no Brasil o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Nos dois últimos casos, é clara a má influência que exercem em prol de um crescimento mais rápido, sustentável e socialmente inclusivo.

Em conclusão, reitero que, enquanto a sociedade não se mobilizar e pressionar suas instituições a se unirem por um maior e melhor crescimento econômico, ele não vai acontecer.

Enquanto a sociedade não pressionar suas instituições a se unirem por um maior crescimento econômico, ele não vai acontecer.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Renda de 16 mil idosos no Estado está sob ameaça

Eliane Proscholdt Verônica Aguiar

O pente-fino previsto dentro da proposta de corte de gastos do governo federal ameaça tirar a renda de 16 mil idosos que recebem no Estado o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Dados de setembro apontam que no Estado 104.427 recebem BPC. Nesse universo, 49.023 têm o Amparo Social ao Idoso e 55.404 ao Amparo Social à Pessoa com Deficiência, segundo o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Com base nestes dados, a advogada Renata Prado Almeida, coordenadora-adjunta do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário no Estado, estima que 30% podem ser prejudicados no Espírito Santo caso as regras mudem.

Ela explica que hoje recebem o benefício os idosos e deficientes de família de baixa renda, cuja renda familiar per capita não poderá ser superior a um quarto de um salário-mínimo, ou seja, R\$ 353.

A principal mudança, segundo ela, é em relação a renda familiar. "O benefício já concedido a qualquer membro da família será computado para fins de cálculo da renda per capita do BPC e o Benefício de Prestação Continuada ou Benefício Previdenciário que seja uma aposentadoria ou um auxílio-doença de até um salário mínimo (R\$ 1.412) concedido a um idoso ou a uma pessoa com deficiência será computado na renda per capita também".

A pedido da reportagem, ela simulou como as mudanças podem impactar a situação de um casal de idosos com base nas regras que estão sendo propostas.

"Apenas um deles passaria a ter direito ao benefício e o outro, caso já recebesse, perderia. A única hipótese de permanência seria no caso de a família ser composta por mais membros, de forma que o critério de renda per capita fosse atendido".

Outra alteração, como sinal a a advogada previdenciarista Catarine Mulinari, é a permissão de verificação de bens em nome dos requerentes para análise da situação de vulnerabilidade.

"O BPC é um benefício precário, que pode ser revisto a cada dois anos. Ele é um redistribuidor de renda, ou assim deveria ser. Logo, quando o legislador idealizou a verificação da situação de vulnerabilidade somente pela renda, é porque ele quis amparar aqueles que, neste momento, neste recorte histórico, estão nesta situação degradante".

Ao permitir a verificação de bens para conceituação de vulnerabilidade, pode, por exemplo, ser indeferido um benefício porque um requerente tem um terreno em Minas Gerais sem qualquer construção, ou por ter um carro Corolla 1992, aponta a advogada.

Preocupação com a filha especial

"As regras do BPC (Benefício de Prestação Continuada) podem até mudar, mas para melhor. Nada de piorar".

Foi com essa frase que o aposentado José Alberto Santana 67 anos. demonstrou preocupação em relação a eventuais mudanças nas regras do benefício que possam trazer prejuízos para a filha.

"Eu lutei muito para conseguir o BPC para a minha filha de 25 anos. que é especial. Há cerca de um ano ela começou a receber um salário mínimo (R\$ 1.412). Já eu me aposentei como bombeiro hidráulico há quatro anos. Esperava receber dois salários mínimos, com base no que paguei por anos. mas infelizmente isso não aconteceu. Recebo só um salário mínimo". contou o aposentado.

Você sabia?

No Espírito Santo. W 104.427 recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC), sendo 49.023 de Amparo Social ao Idoso e 55.404 de Amparo Social Pessoa com Deficiência.

Os dados, do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), referem-se a setembro deste ano.

SAIBA MAIS

PROJETO DE LEI: Com o projeto do

governo de corte de gastos, foi apresentado um projeto de lei que prevê um "pente fino" no Bolsa

Família e algumas alterações, como por exemplo, em relação ao que considera "grupo familiar" daqueles que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas).

Benefício

BENEFÍCIO de Prestação Continuada (BPC-Loas) é um direito do idoso com 65 anos ou mais e da pessoa com deficiência em situação de vulnerabilidade social.

ESSA VULNERABILIDADE é observada através de um critério renda, com limite de renda familiar de 1/4 do salário mínimo por pessoa (há algumas exceções para flexibilizar para 1/2 por pessoa).

O BENEFÍCIO segundo O Instituto Nacional do

Seguro Social (**INSS**), garante um salário mínimo por mês a essas pessoas, mesmo que não tenham contribuído para a **Previdência Social**.

Bolsa Família

TRATA-SE de um programa do governo federal brasileiro com objetivo de transferir renda para as famílias em situação de vulnerabilidade social, segundo o próprio governo. No País as famílias recebem em média: R\$ 681.22.

MUDANÇAS PROPOSTAS

Benefício (BPC)

GRUPO FAMILIAR

A PRIMEIRA alteração proposta envolvendo o Benefício de Prestação Continuada, segundo a advogada especialista em Direito Previdenciário Renata Prado Almeida está no grupo familiar considerado para análise da renda.

ATUALMENTE o conceito de família para o benefício é o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

SEGUNDO RENATA, a proposta considera o grupo familiar formado pelo requerente, cônjuge ou companheiro: e desde que vivam sob o mesmo teto: pelos pais e, na ausência de um deles, pela madrasta ou pelo padrasto: pelos irmãos: pelos filhos e pelos enteados: e pelos menores tutelados.

OU SEJA segundo ela, com a nova redação irmãos, filhos e enteados farão parte do grupo familiar, mesmo que casados quando viverem sob o mesmo teto.

RESPONSABILIDADE

DOS PARENTES

OUTRA ALTERAÇÃO é lançar sob parentes que não vivam sob o mesmo teto o dever de prover o sustento dos idosos ou deficientes, desde que sua renda não fique inferior a um salário mínimo, destacou a advogada previdenciarista Catrine Mulinari.

"NESTE CASO, veremos uma caçada aos filhos ou pais para arcarem com os custos dos vulneráveis. sem analisar se esse amparo irá desestruturar sua família". avaliou.

ELA ENTENDE que o benefício foi idealizado para promover a ordem social, "mas quando obrigamos um filho a custear a vida de seu pai idoso, sem observar se ele possui filhos, gastos, promovemos a desordem".

VERIFICAÇÃO DE BENS

OUTRA ALTERAÇÃO é a permissão de verificação de bens em nome dos requerentes para análise da situação de vulnerabilidade, segundo Catarine.

ELA DESTACOU que o BPC é um benefício precário, que pode ser revisto a cada dois anos. já que é ou deveria ser um redistribuidor de renda. "Logo, quando o legislador idealizou a verificação da situação de vulnerabilidade somente pela renda, é porque ele quis amparar aqueles que, neste momento, neste recorte histórico, estão nesta situação degradante".

CARTÃO do Benefício de Prestação Continuada: regra restritiva

INSS tem mais de 5 milhões de ações na Justiça; veja como agilizar seu processo

Júlia Galvão

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) tem mais de 5 milhões de processos pendentes na Justiça, segundo levantamento do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) divulgado nesta semana. A pesquisa contabiliza todas as ações judiciais contra o órgão até o dia 31 de outubro.

Apenas neste ano, o instituto é causa de 2,7 milhões de novos processos, enquanto outros 2,4 milhões foram remetidos para outros órgãos, a instâncias superiores ou arquivados definitivamente.

A maioria dos novos processos se encontra na Justiça Federal (2,4 milhões), enquanto cerca de 340 mil estão na Justiça estadual. Uma pequena parcela de 2.413 estão na Justiça do Trabalho.

O advogado João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin e representante do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), explica que, apesar do número de processos ser alto, está dentro das estatísticas ligadas ao **INSS**.

"Todos os números com relação ao **INSS** são macros, já que ele é um dos maiores sistemas de assistência social do mundo", diz o advogado.

Atualmente, o **INSS** paga cerca de 39 milhões de aposentadorias e pensões com um orçamento na casa de R\$ 1 trilhão ao ano. O instituto é ainda responsável pelo pagamento de auxílios e BPC (Benefício de Prestação Continuada).

"São centenas de vítimas de moto no trânsito, pessoas acidentadas e inválidas no trabalho, desemprego e outras questões. Esses problemas sociais deságuam na nossa **Seguridade Social**, que inclui o **INSS**", afirma o advogado especialista em **Previdência Social** e colunista da Folha, Rômulo Saraiva.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Saraiva explica que os desafios desse cenário se concentram na política administrativa do **INSS**, uma vez que o sistema muda as suas regras com

frequência e, muitas vezes, há erros e conflitos normativos, levando os segurados à Justiça para garantir seus direitos.

"O **INSS** possui uma postura institucional tendente ao litígio, negando direitos elementares ou mesmo questões já apaziguadas pelo Judiciário. Desde 2013, houve um esvaziamento de cerca de 20 mil servidores que se aposentaram, morreram ou migraram de cargo. Sem a reposição necessária, os processos não são bem analisados ou negados injustamente", diz Saraiva.

Nos últimos anos, o Poder Judiciário vem tentando evitar ser o principal destinatário dos processos previdenciários por conta do número elevado de ações que já estão em seu controle. No STF (Supremo Tribunal Federal), há uma discussão para avaliar se a Justiça deve aceitar um novo processo caso a prova não tenha sido analisada pelo **INSS**, por exemplo.

O **INSS** destaca que a autarquia tem relação jurídica com mais de 100 milhões de brasileiros. Sejam beneficiários ou contribuintes. Ao longo deste e do último ano, o instituto vem tomando medidas para reduzir o problema, como o Atestmed, que diminuiu a espera pelo auxílio-doença, por conceder o benefício por incapacidade temporária mais rápido e a teleperícia.

O órgão também afirma que "promove a simplificação dos processos internos e a modernização de seu sistema". Neste ano, houve a contratação de 1.276 novos servidores com a expectativa de mais 300 aprovados no último concurso.

"Importante informar que o **INSS** indefere aproximadamente 50% dos requerimentos. Portanto, é natural, diante de um quadro de assédio de intermediários, que os beneficiários busquem o Judiciário para tentar reverter a decisão, inclusive nos casos onde não faz jus ao benefício", afirma o **INSS** em nota.

Saraiva diz que, muitas vezes, o trabalhador não sabe o que precisa ter em mãos para receber o benefício e, sem a orientação presencial de um servidor em função da automação de central telefônica e do Meu **INSS**, pedidos malfeitos costumam se transformar em novas ações judiciais.

Nesses casos, a recomendação é de que a opinião da Defensoria Pública da União seja buscada para um diagnóstico previdenciário ou mesmo de um advogado, caso o cidadão possa pagar por uma consultoria.

Ao abrir um processo judicial, haverá um contrato com advogado e o pagamento dos honorários, caso ganhe a ação. Há ainda casos em que o segurado terá de pagar pelos serviços, mesmo se perder, por isso precisa avaliar bem se há direito ou não.

Quando os processos são encaminhados para a esfera judicial, o segurado estará sujeito aos prazos da Justiça, mas tanto Badari quanto Saraiva dão algumas dicas que podem facilitar o processo:

Ações de até 60 salários mínimos são pagas como RPVs (Requisições de Pequeno Valor) e saem mais rápido. Neste caso, o cidadão pode entrar com processo no JEF (Juizado Especial Federal), sem um advogado. No entanto, se o **INSS** recorrer, terá de apresentar um defensor em até dez dias.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/inss-tem-mais-de-5-milhoes-de-aco-es-na-justica-veja-como-agilizar-seu-processo.shtml>

Senado pode votar nesta quinta o projeto de regulamentação da inteligência artificial

Por Elisa Clavery, GloboNews - Brasília

A proposta ainda depende de votação na Comissão Temporária de Inteligência Artificial do Senado, que está prevista para as 9h. Pacheco disse que, em seguida, pautará o texto também no plenário do Senado.

Eu pautei para amanhã [quinta], às 11h, na sessão do plenário do Senado. Eu aguardo ele ser apreciado na comissão, às 9h, e, tão logo seja aprovado, já vai direto para o plenário amanhã [quinta-feira] mesmo, disse o presidente do Senado nesta quarta-feira à Globonews.

A proposta é uma das prioridades de Pacheco, autor da proposta, que quer concluir a votação na Casa enquanto estiver na presidência do Senado.

"O Congresso Nacional tem trabalhado para produzir um arcabouço legislativo sólido que regule as tecnologias digitais e a mídia, trazendo segurança jurídica para esse segmento", disse Pacheco.

Para isso, precisamos de uma infraestrutura digital eficiente, inclusiva e resiliente, que promova a conectividade global em prol da redução das desigualdades, tendo sempre como meta o desenvolvimento social centrado no ser humano".

A proposta serve para definir os limites e as permissões para o uso da tecnologia, que vai desde uma busca no Google ou a redação de um artigo no ChatGPT até a captura de fugitivos da Justiça.

Se for aprovado, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados.

O relatório estabelece condutas proibidas para as plataformas responsáveis por IA. Entre elas, estão:

??técnicas para induzir o comportamento do usuário ou de grupos de maneira que cause danos à saúde, segurança ou outros direitos fundamentais próprios ou de terceiros;

??exploração de vulnerabilidades dos usuários;

??avaliação, por parte do governo, de cidadão, por meio de seu comportamento social e personalidade,

na hora de oferecer serviços e políticas públicas;

?? avaliar os traços de personalidade, as características ou o comportamento passado, criminal ou não, de pessoas singulares ou grupos, para avaliação de risco de cometimento de crime, infrações ou de reincidência; e

??sistema que produza ou dissemine material de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;

??utilização da IA como armas autônomas, que selecionam alvos e atacam sem a intervenção humana.

O uso de identificação biométrica à distância, em tempo real, em espaços públicos será permitido apenas para captura de fugitivos, cumprimento de mandados de prisão e flagrante de crimes com pena de mais de dois anos de prisão.

O uso para colher provas em inquéritos policiais também será permitido apenas com autorização judicial e quando não houver outros meios.

O relator manteve uma das propostas vindas do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que possibilita a aplicação de multa de até R\$ 50 milhões ou 2% do faturamento, em caso de pessoa jurídica, para cada violação cometida pelas empresas de tecnologia.

Outras sanções previstas são:

??suspensão parcial ou total, temporária ou definitiva, do desenvolvimento, fornecimento ou operação do sistema de IA

??proibição de tratamento de determinadas bases de dados

??proibição ou restrição para participar de regime de sandbox regulatório por até cinco anos

O texto determina atividades de inteligência artificial consideradas de alto risco.

Segundo o texto, o objetivo seria prever a ocorrência ou a recorrência de uma infração real ou potencial com

base na definição de perfis de pessoas singulares .

Também fica autorizado, desde que classificado como de alto risco, o reconhecimento de emoções.

Nesse caso, fica excluído sistema de autenticação biométrica para confirmar uma pessoa específica, singular.

Entre os procedimentos de alto risco estão:

??gestão da imigração e controle de fronteiras para avaliar o ingresso de pessoa ou grupo de pessoas em território nacional;

??aplicações na área da saúde para auxiliar diagnósticos e procedimentos médicos, quando houver risco relevante à integridade física e mental das pessoas;

??controles de trânsito, redes de abastecimento de água e eletricidade;

??informações para acesso de estudantes a cursos técnicos e universidade;

??critérios de acesso à concessão de benefícios, como revisão de cadastros no Bolsa Família ou até apuração de fraudes em atestados do INSS;

??recrutamento, triagem, filtragem, avaliação de candidatos, tomada de decisões sobre promoções ou cessações de relações contratuais de trabalho.

O projeto cria um órgão para fiscalizar o uso de IA no Brasil, o Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA). Segundo o texto, o sistema será coordenado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Caberá ao SIA regulamentar as inteligências artificiais de alto risco que, por exemplo, impactem negativamente no exercício de direitos e liberdades dos usuários.

O texto prevê ainda a possibilidade de empresas de IA se associarem para criar uma espécie de agência privada para a autorregulação do sistema. De acordo com o texto, a autorregulação poderá estabelecer critérios técnicos dos sistemas para questões como:

??compartilhamento de experiências sobre o uso de inteligência artificial;

??definição contextual de estruturas de governança;

??atuação da autoridade competente e demais agências e autoridades do SIA para emprego de

medida cautelar; e

??canal de recebimento de informações relevantes sobre riscos do uso de inteligência artificial por seus associados ou qualquer interessado.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/12/05/senado-pode-votar-nesta-quinta-o-projeto-de-regulamentacao-da-inteligencia-artificial.ghtml>

MEIs têm até 31 de dezembro para evitar exclusão do Simples Nacional

Os microempreendedores individuais (MEIs), as micro empresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs), têm até 31 de dezembro para regularizar dívidas com a **Receita Federal** e evitar a exclusão do Simples Nacional, regime que oferece menor carga tributária e burocracia simplificada. Desde setembro, mais de 1,1 milhão de empreendedores foram notificados sobre débitos. Quem não quitar as pendências será desligado do programa em 1º de janeiro de 2025.

A exclusão implica perda de benefícios fiscais, dificuldades para emitir notas fiscais e manter contratos, além do possível cancelamento de alvarás de funcionamento. Também há impacto previdenciário: benefícios como aposentadoria e auxílio-doença podem ser suspensos, já que dependem de contribuições regulares ao **INSS**.

Cassius Leal, fundador e CEO da Advys Contabilidade, alerta para a necessidade de acompanhar a situação fiscal pelo Portal do Simples Nacional. "É importante verificar os débitos e emitir as guias DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional). Além disso, quem não entregou a Declaração Anual (DASN-SIMEI) precisa resolver isso para evitar mais problemas", afirma Leal.

Para quem não puder pagar a dívida de uma vez, há a opção de parcelamento, mas a primeira parcela deve ser quitada até o fim do ano. "Se a parcela inicial não for paga até 31 de dezembro, o MEI será excluído, mesmo com o parcelamento ativo", explica o especialista.

Mesmo após o desligamento, o empreendedor ainda pode recorrer. O prazo para contestar a exclusão é de 30 dias, mas o retorno ao Simples só poderá ser solicitado em 2025, após a quitação das pendências.

O número de MEIs cresceu 11,4% em 2022, segundo o IBGE, somando 14,6 milhões de empreendedores no país. Para Leal, o aumento evidencia a importância de um planejamento contábil rigoroso. "Sem organização fiscal, os riscos de inadimplência aumentam. Regularizar os débitos agora é essencial para manter os benefícios e garantir a continuidade dos negócios", conclui.

trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/meu-negocio/meis-tem-ate-31-de-dezembro-para-evitar-exclusao-do-simples-nacional,e4f7601e2f46b35a40b297af08139982k2t2pf6c.html>

(*) Homework inspira transformação no mundo do

INSS tem mais de 5 milhões de ações na Justiça; veja como agilizar seu processo

Júlia Galvão

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) tem mais de 5 milhões de processos pendentes na Justiça, segundo levantamento do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) divulgado nesta semana. A pesquisa contabiliza todas as ações judiciais contra o órgão até o dia 31 de outubro.

Apenas neste ano, o instituto é causa de 2,7 milhões de novos processos, enquanto outros 2,4 milhões foram remetidos para outros órgãos, a instâncias superiores ou arquivados definitivamente.

A maioria dos novos processos se encontra na Justiça Federal (2,4 milhões), enquanto cerca de 340 mil estão na Justiça estadual. Uma pequena parcela de 2.413 estão na Justiça do Trabalho.

O advogado João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin e representante do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), explica que, apesar do número de processos ser alto, está dentro das estatísticas ligadas ao **INSS**.

"Todos os números com relação ao **INSS** são macros, já que ele é um dos maiores sistemas de assistência social do mundo", diz o advogado.

Atualmente, o **INSS** paga cerca de 39 milhões de aposentadorias e pensões com um orçamento na casa de R\$ 1 trilhão ao ano. O instituto é ainda responsável pelo pagamento de auxílios e BPC (Benefício de Prestação Continuada).

"São centenas de vítimas de moto no trânsito, pessoas acidentadas e inválidas no trabalho, desemprego e outras questões. Esses problemas sociais deságuam na nossa **Seguridade Social**, que inclui o **INSS**", afirma o advogado especialista em **Previdência Social** e colunista da Folha, Rômulo Saraiva.

Saraiva explica que os desafios desse cenário se concentram na política administrativa do **INSS**, uma vez que o sistema muda as suas regras com frequência e, muitas vezes, há erros e conflitos normativos, levando os segurados à Justiça para garantir seus direitos.

"O **INSS** possui uma postura institucional tendente ao

litígio, negando direitos elementares ou mesmo questões já apaziguadas pelo Judiciário. Desde 2013, houve um esvaziamento de cerca de 20 mil servidores que se aposentaram, morreram ou migraram de cargo. Sem a reposição necessária, os processos não são bem analisados ou negados injustamente", diz Saraiva.

Nos últimos anos, o Poder Judiciário vem tentando evitar ser o principal destinatário dos processos previdenciários por conta do número elevado de ações que já estão em seu controle. No STF (Supremo Tribunal Federal), há uma discussão para avaliar se a Justiça deve aceitar um novo processo caso a prova não tenha sido analisada pelo **INSS**, por exemplo.

O **INSS** destaca que a autarquia tem relação jurídica com mais de 100 milhões de brasileiros. Sejam beneficiários ou contribuintes. Ao longo deste e do último ano, o instituto vem tomando medidas para reduzir o problema, como o Atestmed, que diminuiu a espera pelo auxílio-doença, por conceder o benefício por incapacidade temporária mais rápido e a teleperícia.

O órgão também afirma que "promove a simplificação dos processos internos e a modernização de seu sistema". Neste ano, houve a contratação de 1.276 novos servidores com a expectativa de mais 300 aprovados no último concurso.

"Importante informar que o **INSS** indefere aproximadamente 50% dos requerimentos. Portanto, é natural, diante de um quadro de assédio de intermediários, que os beneficiários busquem o Judiciário para tentar reverter a decisão, inclusive nos casos onde não faz jus ao benefício", afirma o **INSS** em nota.

Saraiva diz que, muitas vezes, o trabalhador não sabe o que precisa ter em mãos para receber o benefício e, sem a orientação presencial de um servidor em função da automação de central telefônica e do Meu **INSS**, pedidos malfeitos costumam se transformar em novas ações judiciais.

Nesses casos, a recomendação é de que a opinião da Defensoria Pública da União seja buscada para um diagnóstico previdenciário ou mesmo de um advogado, caso o cidadão possa pagar por uma

consultoria.

Ao abrir um processo judicial, haverá um contrato com advogado e o pagamento dos honorários, caso ganhe a ação. Há ainda casos em que o segurado terá de pagar pelos serviços, mesmo se perder, por isso precisa avaliar bem se há direito ou não.

Quando os processos são encaminhados para a esfera judicial, o segurado estará sujeito aos prazos da Justiça, mas tanto Badari quanto Saraiva dão algumas dicas que podem facilitar o processo:

Ações de até 60 salários mínimos são pagas como RPVs (Requisições de Pequeno Valor) e saem mais rápido. Neste caso, o cidadão pode entrar com processo no JEF (Juizado Especial Federal), sem um advogado. No entanto, se o **INSS** recorrer, terá de apresentar um defensor em até dez dias.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/inss-tem-mais-de-5-milhoes-de-aco-es-na-justica-veja-como-agilizar-seu-processo.shtml>

Marco para tornar a Justiça mais eficiente - VISÃO DO DIREITO

Gustavo de Paula

Gustavo de Paula - Country Manager Brasil da Xertica.ai

O Brasil, pioneiro na digitalização dos processos judiciais, tem se adaptado rapidamente às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), se destacado na promoção da transparência e do acesso à informação no Judiciário, e explorado o uso da tecnologia Blockchain para garantir a segurança e a imutabilidade de documentos e registros judiciais.

Além disso, o país conta com algumas iniciativas relevantes. Uma delas é o Processo Judicial Eletrônico (PJe), uma plataforma única desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que tem por objetivo informatizar e unificar a tramitação de processos judiciais no Brasil, fornecendo padronização e interoperabilidade.

Entre outras boas práticas, podemos citar a Justiça Itinerante, que leva os serviços prestados pelo Judiciário às localidades menos acessíveis e às pessoas mais vulneráveis, e a ferramenta balcão virtual, disponível em diversos tribunais, que permite que advogados, partes e o público em geral acessem os serviços de forma remota, com segurança e praticidade.

Todas essas iniciativas são potencializadas pela autonomia administrativa e financeira do Judiciário (que, sob a supervisão do CNJ, permite maior flexibilidade para investir em novas ferramentas e tecnologias), consolidando o Brasil como um modelo de eficiência, acessibilidade e inovação na justiça digital. Contudo, ainda há espaço para melhorias.

Anualmente, a justiça no Brasil registra a entrada de mais de 875 mil novos processos na fila dos tribunais. De acordo com alguns cálculos e projeções, seriam necessários 2,5 anos para zerar esse congestionamento, isso sem considerar a entrada de novos casos.

Para se ter uma ideia, um processo demora, em média, sete anos para ser concluído.

A boa notícia é que é possível diminuir esse congestionamento processual. O caminho passa pela

adoção de soluções de inteligência artificial (IA) para preencher lacunas, oferecer eficiência, rapidez e precisão, permitindo que os profissionais do Judiciário se concentrem nas decisões estratégicas. Entre as aplicações da IA nesse setor, destacam-se a análise de precedentes e a geração de insights em tempo real durante a avaliação de casos, o que auxilia os profissionais a identificarem rapidamente os aspectos favoráveis ou desfavoráveis de um processo.

Além disso, a IA pode integrar-se a sistemas legados e acessar bancos de dados externos, facilitando a pesquisa de informações sem a necessidade de alternar entre plataformas. Essa conectividade otimiza o fluxo de trabalho, aumentando a eficiência e reduzindo o tempo de tramitação dos processos.

Embora pareça uma projeção futura, a inteligência artificial já está transformando a maneira como o sistema judicial brasileiro lida com o alto volume de processos e o longo tempo de tramitação de cada um. Alguns tribunais já adotaram soluções de IA que estão modificando as rotinas dos **servidores públicos** da Justiça por meio da automação de tarefas operacionais e repetitivas.

Um exemplo é o Ministério Público do Rio Grande do Sul, que está revolucionando a forma como os promotores trabalham com a adoção de uma ferramenta de IA que vai além da simples transcrição de audiências. Essa solução inovadora oferece um conjunto completo de funcionalidades, incluindo a geração de resumos personalizados, a capacidade de responder a perguntas específicas sobre o processo e a interação em tempo real com os dados por meio de um chatbot.

Por exemplo, se em um caso a vítima menciona uma ameaça específica durante a audiência, mas essa informação não consta explicitamente no boletim de ocorrência inicial, a nova ferramenta permite que o promotor encontre rapidamente a transcrição da audiência e confirme a existência dessa ameaça.

A implementação da IA no sistema judiciário brasileiro representa um marco na busca por uma justiça mais célere e eficiente.

Ao automatizar processos manuais que demandam muito tempo de análise e fornecer insights valiosos a

partir de grandes volumes de dados, a IA liberta os profissionais do Direito para se dedicarem a questões mais complexas, ajudando a levar uma justiça acessível e resolutiva para todos.

Com a continuidade desses esforços e a ampliação de investimentos em tecnologia, o Brasil pode se tornar uma referência global no uso da IA para a modernização do Judiciário. Essa trajetória coloca o país na vanguarda de uma revolução tecnológica que promete transformar não apenas o setor jurídico, mas também o acesso e a experiência de justiça para milhões de cidadãos.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6714/05-12-2024.html?all=1>

STF acerta em aprimorar transparência de emendas (Editorial)

A lei sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para atender às exigências do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a transparência das emendas parlamentares, após acordo entre os três Poderes, deixou a desejar. O ministro Flávio Dino, do STF, acrescentou novos pontos, apoiados pela maioria da Corte, vários corretos, e o Congresso agora ameaça se insurgir contra elas. Tem na mão o bloqueio da tramitação de projetos fundamentais para o país, começando pela **reforma tributária** e o pacote fiscal do governo. Evitar pontos mínimos constitucionais (transparência, impessoalidade e publicidade) macula a imagem do Legislativo, que deveria aceitar as sugestões ou discuti-las sem travar votações em um tempo que já se afigura exíguo, perto do fim no ano parlamentar.

Lacunas no projeto aprovado pelos parlamentares têm sido apontadas desde o início da tramitação, apesar das negociações em paralelo entre o Congresso, o governo e os próprios ministros do STF para alcançar um consenso e resolver o impasse que levou à suspensão dos pagamentos das emendas em agosto. A Comissão do Orçamento do Senado afirmou, em nota técnica, durante as discussões, que o projeto não atendia a "praticamente nenhuma das exigências colocadas" pelo Judiciário. Após a sanção, as ONGs Transparência Brasil, Transparência Internacional e Contas Abertas emitiram **comunicado** conjunto alertando que "o modelo aprovado trazia o risco de se repetirem as mesmas dinâmicas do orçamento secreto", que o STF tenta extinguir, sem sucesso, desde 2022.

As alterações feitas por Dino são fundamentadas. No caso das emendas de comissão, por exemplo, o projeto aprovado pelo Congresso determinava que elas precisariam identificar de "forma precisa seu objeto", mas limitava sua proposição a líderes partidários, obscurecendo a autoria real. O magistrado determinou que os parlamentares sejam nominalmente identificados e abriu a possibilidade de que essa identificação possa ser feita por qualquer membro da comissão.

Nas emendas Pix, com as quais se enviavam recursos a governos estaduais e municipais sem indicar seu autor e sua finalidade, o STF exigiu que planos de trabalho, com objeto e prazos para os projetos beneficiados, sejam apresentados antes do

pagamento dos recursos - não depois, como prevê a lei - e aprovados pelo Executivo.

Já as emendas para a saúde terão de observar indicações técnicas do gestor federal, além de serem aprovadas nas comissões bipartite e tripartite do Sistema Único de Saúde (SUS), fortalecendo políticas públicas já estruturadas.

A reação do Congresso veio em forma de ameaça de bloqueio ao pacote fiscal recentemente apresentado pelo Palácio do Planalto, acusado de fazer dobradinha com Dino, no Supremo. Para apaziguar a insatisfação geral entre os parlamentares, o governo anunciou a liberação do pagamento de R\$ 7,8 bilhões em emendas individuais e de bancada estadual nos próximos dias. A Advocacia-Geral da União (AGU) foi acionada e apresentou pedido ao Supremo para que as novas regras fossem reconsideradas.

Ainda assim, houve dificuldade para se obter as assinaturas necessárias para protocolar as urgências de medidas propostas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para diminuir o déficit público. Em recado claro ao Judiciário, mas sem citar Dino expressamente, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que tribunais jamais deveriam legislar e que a decisão do ministro causava "intranquilidade legislativa" a menos de três semanas do início do recesso parlamentar.

A independência dos Poderes deve ser respeitada e não cabe ao Supremo aprimorar leis que seguiram trâmite legislativo regular, mas Dino manteve-se dentro dos limites de sua decisão de agosto, quando suspendeu o pagamento das emendas. O Congresso falhou ao aprovar uma lei que claramente não atendia às exigências de transparência e rastreabilidade feitas pelo STF para continuar a enviar, sem escrutínio público, somas que não param de crescer e chegarão a exorbitantes R\$ 50 bilhões em 2025.

A indignação de deputados e senadores é ainda mais descabida diante dos relatórios da Controladoria-Geral da União (CGU), que mostram falta de transparência, senso de prioridade, direcionamento fora dos padrões legais e falhas na execução das emendas enviadas pelos parlamentares desde 2020, quando o Congresso se aproveitou da omissão do governo de Jair Bolsonaro para abocanhar uma grande fatia do

orçamento público.

Garantida a transparência que todos devem ter com o dinheiro público, será preciso rediscutir no futuro o montante destinado às emendas parlamentares. Não há paralelo no mundo ao que ocorre hoje no Brasil, como mostra recente estudo que compara a situação nacional com a de 11 países da OCDE. É legítimo que os parlamentares tenham o poder de destinar recursos para suas bases e para atender prioridades de seus eleitores, mas os atuais níveis de controle do Congresso sobre o orçamento desequilibraram o jogo em detrimento do Executivo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188059?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188059?page=2§ion=1)**

Setor se movimenta na reforma tributária

Promulgada no fim de 2023, a nova proposta da **reforma tributária** prevê a unificação de cinco **tributos** (PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI) com a criação de dois novos, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A simplificação promete reduzir a burocracia e os custos para o setor de serviços.

Inicialmente, o projeto de lei complementar 68/2024 acabou não colocando o setor de refeições coletivas no horizonte, deixando um "limbo regulatório" para as empresas que produzem mais de 37 milhões de pratos diários, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas (Aberc).

O projeto que tramitou na Câmara dos Deputados impunha às empresas do ramo a adoção do regime cumulativo, não sendo possível a tomada de créditos tributários da CBS e do IBS dos seus fornecedores. Os artigos de 262 a 265, que tratam dessa distinção entre regime cumulativo ou não cumulativo citavam bares, restaurantes e lanchonetes, mas não tratavam das operações de restaurantes corporativos-instalados em empresas, para alimentação dos funcionários, em escolas ou hospitais, por exemplo.

A Aberc defende que as refeições compradas por empresas para seus funcionários gerem crédito tributário porque podem ser entendidas como insumos necessários para a atividade das contratantes. Não se trata de uma atividade "B2C", de venda ao consumidor final, mas "B2B", envolvendo contratos anuais com empresas.

Para apresentar os argumentos do setor a parlamentares e áreas técnicas do governo, a Aberc criou, em abril, um grupo de trabalho com advogados e passou a visitar Brasília regularmente. Foram mais de oito reuniões, incluindo com o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. A iniciativa contribuiu para a inclusão do setor no regime não cumulativo no texto que foi para o Senado.

Agora as reuniões acontecem com o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da matéria no Senado. "Estamos conversando já para lembrar a ele das características do nosso setor", diz Rogério Vieira, vice-presidente da Aberc, observando que a proposta é manter ou até ampliar as especificidades elencadas no texto da Câmara.

Embora reconheça a vitória nessa etapa da reforma,

Vieira ainda se mostra cético com relação às mudanças propostas pelo governo. "São três itens que nos preocupam: a transição do regime atual para os dois **tributos** é de dez anos e em dez anos muita coisa pode mudar", diz. "Além disso, ainda não há clareza sobre como alguns artigos vão ser implementados e, por fim, essa questão da não cumulatividade de nossas atividades ainda é ponto de atenção." A carga tributária do setor, segundo a Aberc, é em torno de 12%, excluindo o imposto de renda. "Diminuir não vai, mas não sabemos de quanto será", diz Vieira.

A reforma tem previsão de votação em plenário no Senado em dezembro e prevê os seguintes tratamentos diferenciados: alíquota zero para a cesta básica de alimentos, 383 tipos de medicamentos e absorventes; redução de 60% da alíquota de referência para a cesta estendida de alimentos, medicamentos, produtos básicos de higiene, serviços de educação e de saúde, dispositivos médicos e para pessoas com deficiência, produções artísticas e culturais, atividades desportivas e aluguel de imóveis; redução de 30% para profissionais liberais e planos de saúde para animais domésticos; regimes específicos para combustíveis, serviços financeiros, planos de saúde, bens imóveis, bares e restaurantes, hotelaria, agências de viagem e turismo e transporte coletivo de passageiros.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188059>

Reforma tributária: Prefeitos pressionam o Congresso

No projeto da **reforma tributária** em tramitação no Congresso, os prefeitos, através da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), se manifestaram contra as mudanças nos princípios de destino (consumo) definidos pela Emenda Constitucional 132/2023. Para a categoria, o ideal seria fazer alterações no princípio de destino, concentrando o consumo e afetando a distribuição do recurso aos entes municipais.

A sugestão, por meio de ofício, foi encaminhada à equipe do senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do texto no Senado. Durante a tramitação dos projetos sobre a reforma, a CNM elencou as premissas que seriam inegociáveis, e a mudança da tributação da origem para o destino foi uma das principais.

"A CNM manifesta contrariedade, na busca de preservar os mu-

nicipios diante da real definição do local da operação para que reflita a distribuição efetiva correspondente a cada município da federação. Uma eventual introdução dos textos causará um forte impacto nos gestores municipais em relação aos avanços que a **reforma tributária** trará ao conjunto dos municípios, resultando em uma pressão contrária e um natural sentimento de que a reforma se desconectou dos princípios do destino trazidos pela EC 132/23", diz o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Avaliação

Ao relator, a CNM apresentou a avaliação das emendas apresentadas ao projeto pela entidade e reforçou o posicionamento dos municípios e estados brasileiros. A ideia é aprimorar o projeto visando uma reforma que preze pela simplificação, harmonia e cooperação, bem como a manutenção da autonomia dos entes Federados. Além disso, foram esclarecidos e destacados pontos das propostas da Confederação que aperfeiçoam e trazem segurança jurídica e técnica ao texto.

As mudanças abrangem aspectos que são importantes para o conjunto dos estados e municípios. A CNM também defendeu a criação da Escola Nacional de Administração Fazendária com o objetivo de garantir a aplicação eficiente das normas tributárias, uniformizar a interpretação do novo modelo e aprimorar a

fiscalização e arrecadação, fortalecendo a governança tributária. A escola visa a formar no âmbito acadêmico profissionais capacitados para enfrentar os desafios da modernização do sistema tributário, beneficiando diretamente os municípios e a sociedade.

Emendas

A Confederação entregou ainda mais 12 propostas de emendas, e espera que o senador as aceite e incorpore no relatório final. Por fim, a CNM destacou que as propostas representam o posicionamento conjunto dos municípios e estados brasileiros, representados pela CNM, Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Con-sefaz).

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/naet/#p=1>

Sem aumentar a produtividade, não tem como melhorar a vida dos mais pobres, diz especialista em trabalho

O professor do Insper e especialista em mercado de trabalho e educação, Naercio Menezes Filho, diz que o país está indo melhor na área social, mas que somente o aumento da produtividade vai garantir que os indicadores como pobreza, miséria, estudo e trabalho de jovens continuem melhorando.

Nesta quarta-feira, o IBGE divulgou a Síntese dos Indicadores Sociais, que mostrou a pobreza e a miséria no menor patamar histórico.

O que levou à essa queda na miséria e pobreza?

Os resultados são muito bons. O principal é a pobreza e a miséria terem caído ao menor nível da série. São os indicadores sociais mais importantes, principalmente a miséria, situação na qual as pessoas não têm condições de comprar alimentos.

O país está indo melhor na área social. Essa melhora era esperada. Programas sociais com valor elevado parecem ter sido suficientes para eliminar a pobreza extrema em grande parte do Brasil. E, além disso, o mercado de trabalho está bombando, com a menor taxa de desemprego da série. É previsível ter melhora nas condições de vida da população. Isso se reflete na redução da pobreza, via mercado de trabalho.

Pelo lado social, o Brasil melhorou muito nos últimos anos, transferência de renda, aposentadorias, seguro-desemprego. O que falta é aumentar a produtividade, sem isso é difícil sustentar esse ciclo. Aquecimento do mercado de trabalho bate **inflação**, o que provoca o aumento de taxa de juros que vai afetar mais cedo ou mais tarde o mercado de trabalho.

Quais são as perspectivas para esses indicadores?

Vai ficar meio estável, não dá para sustentar essa melhora no mercado de trabalho por muito tempo. Estamos quase em pleno emprego. Não dá para aumentar as transferências (como Bolsa Família). E não conseguimos aumentar a produtividade. Há quatro décadas, ela está estagnada.

O que precisa ser feito para aumentar a produtividade?

Precisa abrir a economia, diminuir as tarifas de importação, melhorar a eficiência governamental, as empresas inovarem mais e ter os resultados da **Reforma Tributária**.

Essa foi uma coisa positiva que pode contribuir para o aumento da produtividade, mas os efeitos vão vir de forma muito devagar nos próximos dez anos. A qualidade da educação é muito baixa. Alunos brasileiros não sabem fazer contas básicas aos 9 anos.

A desigualdade ficou estável, mesmo com a queda da pobreza. Qual a explicação?

Difícil entender essa estabilidade, pode estar ligada a outros componentes da renda como lucros, juros e aluguéis, porque, no mercado de trabalho, o salário dos menos qualificados tem subido mais.

Diminuiu o número de jovens que não estuda nem trabalha. Deve continuar reduzindo nos próximos anos?

Temos o boom, o ápice do mercado de trabalho, as oportunidades para os jovens melhoraram. Mas esse é um problema estrutural entre os mais jovens, especialmente os menos escolarizados. Eles não têm perspectiva de trabalho formal, de concluir os estudos e ir para faculdade. A qualidade do ensino público é muito baixa, não houve investimento na primeira infância. Vão para o emprego informal, entregando alimentação, depois caem no desemprego e na inatividade. Numa conjuntura pior, esse número de nem-nem volta a aumentar.

A parcela de nem-nem subiu entre os mais pobres, mesmo com a melhora no mercado de trabalho.

Enquanto não melhorar a qualidade da educação, esses 20% e 25% dos jovens, principalmente os mais pobres, vão se manter. Sem isso, não vai consertar. Pelo menos estão trabalhando mais, diminuindo a pobreza.

No lado social, ninguém mais passa fome, há estado

de bem-estar muito bom, muito organizado, mas não tem produtividade, não tem concorrência nas empresas, o setor público é ineficiente. Sem isso, não tem crescimento de longo prazo e não vai melhorar a vida dos mais pobres. O Brasil é isso nos últimos 30 anos.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/05/se-m-aumentar-a-produtividade-nao-tem-como-melhorar-a-vida-dos-mais-pobres-diz-especialista-em-trabalho.ghtml>

Senado adia votacao sobre jogos de azar

O Senado retirou de pauta ontem o Projeto de Lei 2234/2022, que prevê a legalização de bingos e cassinos, com a exploração de jogos e apostas no país. Depois de parlamentares discursarem de forma contrária ao requerimento de urgência para apreciar o tema, o relator da matéria, o senador Irajá (PSD-TO), pediu que a matéria não fosse votada.

Assim, não há estimativa da data para que o projeto seja novamente apreciado pelo Senado. Mesmo com as posições contrárias, incluindo eventuais riscos à saúde e à segurança pública, o relator defendeu o projeto, mesmo retirando-o da pauta. "Tem quem defenda a manutenção dos jogos de azar, controlado e dominado pelo crime organizado no país. Eu quero que

eles sejam fiscalizados pelos órgãos de controle e que também se possa arrecadar **impostos** e punir, eventualmente, quem cometa algum tipo de crime ou de ilicitude", argumentou Irajá.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), considerou que há um consenso para que, antes de ser novamente colocado em pauta, os parlamentares necessitem de mais informações dos ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social. "Fica retirado de pauta e incumbirá à próxima mesa diretora do Senado a definição sobre os desdobramentos em relação a esse projeto", disse.

praias

O Senado Federal também adiou, ontem, a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Praias. Se aprovada, a PEC poderá permitir que o ocupante de um território em terreno de marinha obtenha a propriedade após pagamento. Senadores pediram vista (mais tempo para análise). Flávio Bolsonaro (PL-RJ) é o relator.

O pedido foi encabeçado por governistas, que criticaram a proposição. O senador Rogério Carvalho (PT-SE) afirma que a matéria quer atender "interesses específicos" de empresários que têm territórios próximos às praias brasileiras.

Atualmente, a lei prevê que, embora os ocupantes legais tenham a posse e documentos do imóvel, as áreas litorâneas, inclusive as praias, pertencem à União e não podem ser fechadas, ou seja, qualquer cidadão tem o direito de acesso ao mar.

Site: <https://digital.em.com.br>

Pacote é "insuficiente" para economizar R\$ 71,9 bilhões

SHEILA D'AMORIM DO PLATÔBR

Mesmo que seja bem-sucedido e consiga aprovar, ainda este ano, as medidas incluídas no pacote fiscal divulgado na semana passada, dificilmente o governo conseguirá alcançar a economia de R\$ 71,9 bilhões estimados para 2025 e 2026. Na avaliação de economistas, na melhor das hipóteses, a economia será desidratada em R\$ 20 bilhões, durante a tramitação das propostas no Congresso Nacional e, na pior, em R\$ 30 bilhões.

Uma estimativa feita pelo time de economistas da consultoria MB Associados considera que o pacote está ancorado em "poucas medidas relevantes estruturais". Com isso, acredita-se que a parte mais importante dos ganhos efetivos para o governo virá da restrição às emendas parlamentares. "Difícil acreditar que o Congresso manterá tudo como está, sem fazer nenhuma mudança", explica Sérgio Vale, sócio e economista-chefe da consultoria.

Segundo ele, isso fará com que a economia gerada com o pacote seja insuficiente para estabilizar o crescimento da dívida em relação ao **PIB** (soma de tudo o que é produzido no país). "No máximo, o pacote fará cumprir as metas de zerar o déficit nas contas públicas, no ano que vem, e gerar um superávit de 0,5% do **PIB** em 2026", estima. Se confirmado, isso fará com que a dívida siga em alta. "A dívida deverá bater 84% do **PIB** em 2026", diz. "Serão 12 pontos percentuais a mais entre 2022 e 2026", complementa.

O esforço necessário para barrar essa trajetória e equilibrar a dívida seria muito alto. Nos cálculos do economista, considerando uma taxa real de juros de 7% ao ano (descontada a **inflação**) e crescimento do **PIB** em cerca de 1,8%, seria preciso fazer um superávit primário de cerca de 4,2% do **PIB** para estabilizar essa dívida em comparação com o **PIB**.

"Isso jogaria a economia numa recessão", diz Vale. O maior problema, na avaliação de especialistas, é que as medidas incluídas no pacote são frágeis e não representam mudanças na estrutura do gasto público no Brasil. Entre elas está a que reduziu de dois salários mínimos para 1,5 a renda máxima para pagamento do abono salarial. Como a redução ocorrerá de forma diluída ao longo dos anos, Vale acredita que o patamar de 1,5 salário mínimo só será

alcançado em 2035.

Para o economista, "os ajustes em programas sociais como BPC e no Bolsa Família repetem tentativas frustradas anteriormente pela equipe econômica". E, nesse cenário, a maior parte dos ganhos terá que vir da restrição às emendas parlamentares, o que afeta diretamente deputados e senadores. Por isso, espera-se reação durante o trâmite da medida, com redução da economia total estimada pela equipe econômica.

câmbio seguirá em patamar elevado

"Isso é o que estressou o mercado", diz Vale. O câmbio atingiu a máxima histórica nos últimos dias e, apesar de ter recuado, segue no patamar de R\$ 6. A expectativa inicial de fechar o ano abaixo de R\$ 5 se mostra muito improvável, o que deverá ter reflexo em outras variáveis, como **inflação** e juros.

As expectativas de **inflação** deste ano, nesse cenário, devem se consolidar no teto da meta (4,5%), obrigando ao Banco Central a prolongar o ciclo de elevação dos juros e a promover altas mais fortes. A projeção é que a taxa Selic, atualmente em 11,25%, possa chegar a 14% ao ano, em junho de 2025.

Isso poderá restringir o crescimento, o que deve gerar queda na arrecadação de **impostos** do governo. "O governo entrará no terceiro de ano da gestão com fragilidade política e econômica", afirma Vale. Por isso mesmo, a fala do ministro Fernando Haddad (Fazenda) no final da semana passada, durante almoço com representantes do mercado financeiro, de que se achar necessário, a equipe econômica poderá adotar novas medidas para ampliar o esforço fiscal, caiu em descrédito.

Cortes mais agressivos, normalmente, são mais fáceis de serem implementados no início do governo. "O risco é a gente repetir o governo Dilma Rousseff, que fez a economia mergulhar numa recessão em 2015/2016. O governo precisará de muita habilidade para evitar que isso ocorra em 2026", diz.

*

LIRA: GOVERNO VAI PRECISAR DIALOGAR

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira

(PP-AL), afirmou que o governo vai precisar trabalhar e dialogar muito para conseguir aprovar o pacote fiscal ainda neste ano. O conjunto de propostas encaminhadas pelo Poder Executivo prevê a redução das despesas em até R\$ 70 bilhões em dois anos. Lira disse que o Congresso Nacional foi muito responsável nos últimos anos e cumpriu o seu papel em votar matérias sensíveis e importantes para o desenvolvimento do país, sobretudo nas pautas econômicas e de responsabilidade fiscal. No entanto, ele reconheceu que o momento é de instabilidade, principalmente em razão das alterações das regras dos pagamentos das emendas parlamentares. "Vai ter trabalho, convencimento, diálogo. O Congresso não vai faltar, mas estamos em um momento de muita turbulência e de problemas que não são inerentes à harmonia dos Poderes, na circunscrição do que cada Poder deve fazer", disse. (Agência Câmara)

Site: <https://digital.em.com.br>

Governo não pode se acomodar, defende vice

Renan Truffi De Brasília

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, enalteceu, ontem, a projeção do Ministério da Fazenda que indica que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil deve crescer mais do que 3,3% em 2024. Apesar disso, Alckmin defendeu que os números "significativos" não podem levar à acomodação do governo federal.

Na avaliação de Alckmin, um país crescer mais de 3% ao ano em "tempos de guerra" equivale a uma taxa de aproximadamente 4% em condições estáveis.

"Os tempos no mundo são outros tempos. Temos duas guerras, dificuldades geopolíticas, alto endividamento pós-covid, crescimento mais baixo, então você crescer 3% hoje equivale a crescer mais de 4%. Tanto é que crescemos 0,9% no quarto trimestre e fomos o quarto país no mundo que mais cresceu. É um crescimento importante", disse Alckmin. "Isso não nos deve levar a uma acomodação, mas é um crescimento significativo", complementou o vice-presidente.

Alckmin tratou do assunto ao participar do 2º Seminário Nacional de Política Industrial, realizado na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados.

Em seguida, o vice-presidente defendeu que o Brasil precisa fazer um "esforço grande" para fortalecer a indústria da saúde, setor que seria responsável pelo segundo maior déficit na balança comercial brasileira.

"Nós importamos 55% de tudo na área da saúde. Então é um esforço grande para a gente fortalecer a indústria da saúde no Brasil.

E isso gera muito emprego", disse.

Alckmin também aproveitou a presença na comissão para pedir que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defina um relator para o pacote apelidado pelo governo de "Acredita Exportação", formado por ao menos três projetos. Alckmin disse que as medidas estão tramitando em regime de urgência, mas não andaram por falta de um deputado para relatar as propostas.

Na prática, a promessa do governo é usar o "Acredita

Exportação" para elevar o percentual de ressarcimento do resíduo tributário que incide sobre os produtos que as micros e pequenas empresas (MPes) vendem ao mercado externo.

Esse resíduo tributário se dá pela cumulatividade de **tributos** que incidem em todas as etapas de fabricação de produtos, e que acaba elevando seu preço na hora da exportação, tornando-os menos competitivos no cenário externo.

A devolução do resíduo busca reequilibrar condições para empresas brasileiras, e já é feita por meio de outro programa federal, o Reintegra, mas limitada a 0,1% da receita. Com o "Acredita Exportação", a alíquota para MPes será de 3%.

"Lá atrás, teve uma coisa chamada Reintegra. O que era o Reintegra? Eu devolvo 3% do valor que você exportou para adiantar o crédito tributário. Eu não pago imposto quando exparto, mas quando eu exparto um carro, já paguei o imposto no pneu, no aço, no vidro, então é preciso devolver esse imposto", disse Alckmin.

Na mesma audiência, o vice-presidente defendeu ainda que a criação da chamada Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD) - nova modalidade de aplicação financeira que visa estimular investimentos em infraestrutura e indústria - vai garantir um crédito de até 1,2% mais barato para o setor. Segundo ele, essa modalidade será lançada em aproximadamente dez dias.

A lei que cria a LCD foi sancionada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva no último mês de julho e é similar às Letras de Crédito Agrícola (LCA) e Imobiliário (LCI). A LCD oferece isenção de Imposto de Renda para investidores e permite que os bancos de desenvolvimento captem recursos a custos mais baixos para financiar projetos de longo prazo.

A nova letra de crédito será isenta de Imposto de Renda para pessoas físicas residentes no Brasil e terá uma tributação reduzida de 15% para pessoas jurídicas tributadas pelo Simples ou com base no lucro real, presumido ou arbitrado.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188059?page=2>

§ion=1

Cira investiga sonegação fiscal estimada em R\$ 900 milhões

O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) deflagrou ontem a 7ª fase da operação "Sinergia", que apura fraudes tributárias cometidas por empresas que atuam na produção, comercialização e reciclagem de sucata de cobre, vergalhões e fios, dentre outros materiais.

Além do crime de sonegação fiscal, os investigados podem responder por associação criminosa, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. A estimativa é que os cofres do Estado de Minas Gerais foram lesados em, aproximadamente, R\$ 900 milhões, entre 2020 e 2024.

Os agentes envolvidos cumpriram 36 mandados de busca e apreensão em 16 cidades, em Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Pará, Ceará, Paraíba e Maranhão. Foram alvos residências de empresários, sedes de empresas e transportadoras envolvidas nas fraudes.

O coordenador do Núcleo de Acompanhamento Criminal (NAC) da Receita Estadual, Rafael Botelho Lagoa, afirma que o trabalho da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) é fazer com que os valores sonegados consigam retornar aos cofres públicos para assegurar os investimentos sociais.

"A Receita Estadual aprofundou as investigações sobre o esquema de sonegação de **impostos** no setor metais e sucatas e a ocultação de patrimônio, e seguirá os trabalhos de auditoria, no sentido de garantir a preservação de bens para a futura reparação dos danos causados aos cofres públicos mineiros", diz o coordenador do Núcleo de Acompanhamento Criminal da Receita Estadual, Rafael Lagoa.

Lagoa destaca que o grupo econômico alvo principal da operação pratica fraude estruturada, provocando fortes distorções no mercado e dificultando a concorrência leal no setor, "fato fortemente combatido em Minas".

A operação envolveu a atuação de 21 promotores de Justiça, 85 auditores fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais, dez servidores de receitas estaduais de outras unidades da federação, 11 delegados de polícia, 11 servidores do Ministério Público, 75 policiais militares e 58 policiais civis dos estados envolvidos.

A operação Sinergia revelou, desde 2021, a existência de diversas fraudes praticadas por empresários do ramo de comércio de sucata de cobre, produção de fios e vergalhões. Desde então, foram realizadas seis etapas da operação.

Criado em 2007, o Cira é presidido pelo vice-governador do Estado e reúne as secretarias de Estado de Fazenda (SEF) e de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Ministério Público Estadual (MPMG), Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e a Advocacia-Geral do Estado (AGE).

Esta fase da operação "Sinergia" teve apoio peracional dos grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos) de Passos, Varginha, Pouso Alegre, São Paulo (capital, Sorocaba e Guarulhos), Pará, Ceará e Maranhão, além dos Gaesf do Espírito Santo, Goiás, Maranhão e Paraíba. Também colaboraram as secretarias de Fazenda do Ceará, Paraíba, Goiás e Maranhão.

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-05-12-2024/>

"O governo gastou dois anos olhando apenas a arrecadação"

Marcos **STRECKER**

ENTREVISTA | Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados

O economista Sergio Vale acha que o crescimento nos últimos três anos foi muito afetado pelo preço em alta das commodities e pela expansão das safras do agronegócio. Além disso, os gastos do governo, responsáveis em boa parte pela expansão, também terão menos espaço. São fatores que não devem se repetir mais. Além disso, a alta dos juros, determinada pelo Banco Central para conter a inflação, também vai ter impacto no crescimento, o que deve afastar o **PIB** da alta de 3% registrada nos últimos anos. O especialista acha que o futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, manterá a independência da instituição, mesmo que aja a tentativa de baixar a Selic buscando um crescimento no ano eleitoral de 2026.

DINHEIRO-O pacote de cortes do Haddad será suficiente para reverter o desequilíbrio fiscal?

SERGIO VALE - O ponto importante desse pacote é finalmente o governo ter entendido, depois de dois anos, que tem uma questão importante na estrutura de gastos que precisa ser observada. O governo gastou dois anos olhando apenas a arrecadação. O mercado sabia que toda a proposta que foi colocada no Arcabouço Fiscal não se sustentava. Desde o início se sabia que alguma mudança na meta ia acabar acontecendo. O governo não ia conseguir entregar aqueles números muito robustos que estavam sendo perseguidos apenas com a arrecadação. Era preciso ter um olhar mais cuidadoso na estrutura de gastos. Isso não aconteceu nos primeiros dois anos.

As medidas propostas reverterão a alta da dívida?

O governo está tentando fazer alguma coisa. O problema é que, dois anos depois, a dívida voltou a crescer. A gente tem um cenário em que estamos na metade da gestão e boa parte do governo tem resistência a fazer ajustes mais significativos. O que haverá de ajuste de gastos pela frente, nesse pacote, vai ser provavelmente insuficiente. Precisamos reestruturar os gastos de uma forma mais permanente, de longo prazo.

Quais seriam as medidas básicas?

A gente precisaria ter mudança de limites constitucionais em Saúde e Educação e desvinculação do salário mínimo da Previdência. São os itens centrais para a gente pensar numa estrutura de longo prazo mais adequada para o gasto público. Isso provavelmente não vai estar no pacote. Devem entrar outras coisas que são importantes em relação ao salário mínimo, como ficar dentro do teto de crescimento do gasto. São coisas importantes, mas não são suficientes hoje para estabilizar a dívida pública. A gente precisaria de uma superávit primário na casa de 2,5%. Estamos falando de um País que está com déficit estabelecido neste ano, e provavelmente também em 2025 e 2026, mais próximo de 0,5% do **PIB**. A gente precisaria na verdade de um ajuste de três pontos percentuais para cima em busca de uma estabilização da dívida. Estamos longe de alcançar isso neste momento.

O crescimento do **PIB** tem surpreendido positivamente. Por quê?

O crescimento que ocorreu nos últimos três anos, especialmente, foi uma composição de expansão muito forte das commodities. Houve um momento pós-pandemia de aumento muito forte dos preços internacionais, e a taxa de câmbio depreciou com intensidade. As safras foram muito boas, especialmente em 2023. Esse conjunto fez com que a gente tivesse níveis recordes de crescimento e de faturamento do setor. Consequentemente, isso ajudou no crescimento do **PIB**, especialmente do interior do País.

Essa expansão é sustentável?

Parte importante desse crescimento veio desse momento muito positivo que descrevi acima. A outra parte veio do impulso fiscal. Especialmente nos últimos dois anos, ocorreu um crescimento forte de transferências do governo. A expansão dos gastos públicos foi importante para gerar esse crescimento médio de 3%, que vimos neste período. Mas, quando a gente olha para a frente, esse forte empuxo fiscal não tem mais espaço para acontecer. As commodities dificilmente darão um impulso tão forte e vigoroso, como aconteceu no ciclo de 2020 até o início de 2023. A gente vai ter preços razoáveis ano que vem. O câmbio está bastante favorável às exportações.

Haverá uma safra melhor no ano que vem. Mas, em termos de faturamento, não vamos chegar aos picos atingidos.

Os juros vão afetar a expansão?

Estamos caminhando para ter uma capacidade de crescer em torno de 2% do **PIB**, e isso muito puxado pelas commodities. Especialmente nos próximos anos, também teremos um impacto negativo da taxa de juros. Esse crescimento com intensidade também tem sido responsável em parte pela pressão inflacionária que estamos vivenciando. E a resposta disso tem sido o aumento de juros, que a gente está vendo ao longo deste segundo semestre. Ele vai continuar no começo do ano que vem e implicará também no crescimento menor em 2025 e 2026. Esses 3% de crescimento que a gente tem hoje vai ser difícil de sustentar sem mudanças mais profundas na estrutura macroeconômica. Especialmente na questão fiscal.

A **inflação** continua a ser uma ameaça?

A **inflação** no governo Lula está caminhando para ficar muito próxima do teto nos quatro anos. Foi assim ano passado. Ficou em 4,6%, o teto era 4,75%. Este ano está caminhando para ficar acima do teto. A gente vai ter uma **inflação** relativamente forte em novembro e também em dezembro, com alimentos e energia aparecendo no final do ano. A **inflação** deve ficar em torno de 4,7%, 4,8% este ano. Isso acaba impactando também em 2025. Acaba contaminando inicialmente a **inflação** do ano que vem, que vai ficar entre 4,0% e 4,5%, mesmo com o Banco Central subindo a taxa de juros. A Selic, que está caminhando para ficar próxima de 13% neste momento, é suficiente para conseguir manter essa **inflação** dentro da meta.

Mas isso acima do centro da meta...

Para o Banco Central efetivamente trazer essa **inflação** para 3%, que é a meta, ele precisaria ser mais agressivo com a taxa de juros. A gente está falando aqui de uma Se-lic que precisaria ir para 15%. Seria a forma de conseguir sinalizar para uma taxa de **inflação** de 3%. Acho que o Banco Central ano que vem não vai caminhar para ter uma taxa tão agressiva assim.

O Gabriel Galípolo, futuro presidente do Banco Central, vai conseguir manter a independência da instituição?

Acho que a próxima gestão do Banco Central terá independência, mas também não vai poder sair muito da cartilha. Não vai poder sair muito das regras, digamos assim. Diante de qualquer tentativa de mudança muito radical da taxa de juros, de forçar uma

queda da taxa no ano que vem para ajudar no crescimento em 2026, o mercado rapidamente devolveria para o Banco Central uma expectativa de **inflação** muito maior e uma taxa de câmbio muito mais depreciada. Isso seria muito mais prejudicial para o crescimento em 2026 do que uma tentativa de forçar uma queda de juros. Então o Banco Central, de certa forma, está amarrado a fazer as coisas que são necessárias para conter a **inflação**.

O dólar vai continuar em patamar elevado? Essa pressão cambial que estamos vivenciando este ano tem repercussão na **inflação**, faz com que ocorra esse cenário de IPCA próximo do teto ao longo desses próximos três anos. O governo também é parte da história, está fazendo com que essa **inflação** não ceda como poderia. Se tivesse feito um ajuste bem mais significativo de partida, lá atrás, a gente estaria falando hoje talvez de um câmbio em que o dólar estaria hoje entre 4,50 ou no máximo 5 reais. Não estaria no patamar que vemos agora. Há aqui uma responsabilidade do governo muito grande pelo que aconteceu na economia.

O governo Trump também vai ajudar a manter o dólar em alta?

Na verdade isso já está acontecendo nos últimos dois meses pela possibilidade da vitória do Trump. A taxa de câmbio americana começou a apreciar com o aumento dos juros longos, com a percepção de que teria uma **inflação** vindo em 2025 com o pacote econômico que o novo presidente está montando. Essa percepção de risco se mantém, por mais que a escolha do Scott Bessent para ser secretário do Tesouro seja aparentemente positiva. Ele tem uma visão sobre a macroeconomia aparentemente correta, mas ao mesmo tempo tem uma posição parecida em sinalizações dadas anteriormente pelo presidente de que o aumento de tarifas é importante. E haverá corte de **impostos**. A economia em 2025 nos Estados Unidos vai se manter sob pressão, e essa pressão tende a fazer com que o juros se mantenham elevados por lá.

Isso afetará mais quais países?

Afetará as moedas emergentes mais depreciadas, os países que estão em mais dificuldade econômica. Os que estão em situação mais vulnerável, especialmente do ponto de vista fiscal, são aqueles que acabam sofrendo mais esse Impacto cambial. Quando a gente olha para a frente, junta o cenário fiscal brasileiro e um cenário internacional e americano em dificuldade por conta da política econômica do Trump, acrescentando o da China também, pode haver alguma depreciação acontecendo como resposta à guerra tarifária.

Como você viu a crise com o grupo Carrefour? Isso que aconteceu é obviamente uma pressão interna da agropecuária francesa para tentar barrar o acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul. Obviamente a reação aconteceria. Não faz muito sentido econômico achar que o Carrefour tomaria a atitude de boicote contra o agronegócio brasileiro e nada ia acontecer. A gente fez o caminho correto de responder a uma decisão bastante equivocada. Dada a guerra comercial que está ocorrendo hoje entre China e EUA, não há muita alternativa para a União Europeia a não ser fazer acordos econômicos com outros países. No caso do Mercosul, um acordo que está há mais de 20 anos em andamento, só faltam as decisões de cada país nos dois conjuntos para ser sancionado de vez. Essa é a pressão que os franceses estão fazendo em cima da União Europeia, mas o bloco econômico precisa fazer um acordo. É por conta da pressão que eles estão agindo. Vai ser interessante observar até onde vai a força da agropecuária francesa contra a União Europeia.

Você acha que o acordo Mercosul-União Europeia pode sair em dezembro, como fontes brasileiras afirmam?

Acho que por conta dos interesses dos dois lados isso vai acabar acontecendo. Pode ser que não seja tão rápido, agora em dezembro, por conta da resistência francesa. Mas acho que é inexorável.

O protecionismo do governo Trump vai prejudicar o Brasil?

No caso brasileiro, os EUA têm superávit comercial. A conta é positiva para os americanos na balança comercial. Aplicar uma tarifa de exportação nesse caso é contraproducente do ponto de vista deles. Acho que deve impactar o Brasil ao longo dos próximos anos. A guerra comercial cada vez mais aproxima a economia brasileira da economia chinesa. A China conquistou um espaço cada vez maior no mercado dos emergentes em termos de exportação.

Câmara aprova urgência para votar projetos do pacote

I GIORDANNA NEVES, FERNANDA TRISOTTO e CÉLIA FROUFE/ BRASÍLIA

Em sessão ontem à noite, a Câmara aprovou pedido de urgência para votar os dois primeiros projetos incluídos no pacote fiscal anunciado na semana passada pela equipe econômica.

Como mostrou o Estadão, o governo tem encontrado resistências de parlamentares que cobram a liberação de emendas.

Após as votações, o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), reforçou que o acordo feito entre governo e Parlamento para destravar os pedidos de urgência passou, justamente, pelas emendas parlamentares. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) estipulou regras mais restritivas para a liberação dos recursos do que projeto aprovado pelo próprio Congresso.

"Nós vamos nas próximas horas buscar solução para execução das emendas que são legítimas e precisam ser executadas", disse ele.

Na primeira votação, os deputados aprovaram por 260 votos a favor e 98 contra o requerimento de urgência para o projeto de lei complementar que, entre outras propostas, traz novos gatilhos para o arcabouço fiscal e permite que recursos de fundos públicos que estão parados na conta única da União possam ser direcionados livremente no Orçamento - o que, segundo especialistas, abre margem para ampliar despesas.

Também foi aprovada urgência para projeto de lei que prevê novas regras para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e limita a correção real (acima da **inflação**) do salário mínimo em 2,5% (o mesmo patamar válido para o arcabouço fiscal).

Foram 267 votos a favor e 156 contra.

LIRA. Mais cedo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o governo ainda não tem os votos necessários para aprovar o pacote de contenção de gastos, mas "que o Congresso não vai faltar". "Vai ter muito trabalho, muita conversa, muito convencimento para que essas matérias saiam, e não tenho dúvida de que o Congresso não vai faltar. Mas agora está num

momento de muita instabilidade, de muita ansiedade, de muita turbulência interna por causa desses acontecimentos." Sem fazer menção direta, Lira se referiu à decisão do STF.

Pressa Equipe econômica tenta acertar votação de medidas do pacote até fim do ano

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Menor patamar da história

CAROLINA NALIN, CÁSSIA ALMEIDA E HENRIQUE BARBI* *economia@oglobo.com.br* ***(Estagiário, sob supervisão de Danielle Nogueira)**

A pobreza e a extrema pobreza no Brasil registraram em 2023 os menores índices da série histórica, iniciada em 2012. Pela primeira vez, a miséria ficou abaixo de 5%, caindo para 4,4%. Além disso, 8,7 milhões de brasileiros saíram da condição de pobreza, reduzindo esse contingente para 59 milhões, o menor número registrado em mais de uma década. As informações constam na Síntese de Indicadores Sociais, estudo divulgado pelo IBGE.

Pelos cálculos do economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), a miséria e a pobreza estão no menor patamar em toda a História do Brasil. Neri mensura esses indicadores a partir dos dados disponíveis desde 1976, considerando a linha de R\$ 307 por mês por pessoa para definir o limite da extrema pobreza.

A expansão dos programas sociais, principalmente do Bolsa Família, ajudou a reduzir a miséria, chamada de pobreza extrema, de 5,9% para 4,4% entre 2022 e 2023, segundo o IBGE. Em outras palavras, significa que, de 12,6 milhões de pessoas, 3,1 milhões saíram da miséria em um ano.

9,5 MILHÕES NA MISÉRIA

O movimento de queda no indicador começou em 2022. No fim daquele ano, às vésperas das eleições, o ex-presidente Jair Bolsonaro elevou o valor do então Auxílio Brasil para R\$ 600, com previsão de que o benefício voltaria a ser de R\$ 400 em 2023. Mas, em janeiro, o presidente recém-eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, manteve o valor em R\$ 600 e voltou ao nome Bolsa Família. A pobreza, que historicamente cai em anos eleitorais no país, não por acaso continuou a cair no ano passado.

-É quase como se fosse um segundo ano eleitoral. Foi uma expansão típica de ano de eleição -avalia Neri.

Apesar da melhora dos indicadores, o país ainda tem 9,5 milhões de brasileiros vivendo em condições extremamente precárias, com renda abaixo de R\$ 209 por mês ou US\$ 2,15 por pessoa por dia, linha internacional usada para medir a pobreza extrema.

Já a linha internacional parâmetro para a pobreza

considera quem tem renda per capita de até US\$ 6,85 por dia -no caso do Brasil, o equivalente a R\$665 por mês.

O IBGE considera que a redução da pobreza ocorreu pela melhora do mercado de trabalho. Já a diminuição da extrema pobreza só foi possível graças ao fortalecimento dos programas sociais - para os mais vulneráveis, o Bolsa Família tem efeito maior.

Numa simulação sem a presença dos benefícios sociais, a pobreza continuaria a cair devido à expansão do emprego, mas a extrema pobreza teria aumentado em 2023 sem o apoio das políticas de assistência social.

-O dinamismo do mercado de trabalho é mais importante para a redução da pobreza, e o pagamento dos benefícios sociais para a da extrema pobreza - resume André Simões, analista do IBGE.

Claudia Campos de Lima, de 45 anos, vive em uma casa de difícil acesso na comunidade de Vila Ruth, em São João de Meriti, com quatro dos oito filhos: Katarina, de 18 anos, Cassiano, de 16, Kalebe, de 13, e Josias Gabriel, de 9. A principal fonte de renda da família é o Bolsa Família. Com o reajuste do programa social, em 2023, a mãe solo recebe R\$ 800 por mês (R\$ 600 do piso, mais R\$ 50 por filho).

-E mais do que eu recebia lá no início, mas ainda não é o suficiente. Tenho que fazer uns bicos de faxineira e feirante, quando aparece alguma oportunidade. Tudo muito incerto -diz Claudia.

EM 2025, CENÁRIO DIFÍCIL

Para especialistas, o Brasil experimentou entre 2022 e 2024 um período atípico de três anos seguidos de avanços sociais e econômicos. No entanto, repetir esse bom resultado e sustentar a tendência de queda será desafiador a partir do ano que vem, avalia Neri.

-Houve expansão fiscal e trabalhista muito forte. Manter isso ao longo do tempo é desafiador -diz.

O pesquisador ressalta que o cenário macroeconômico de 2025 é mais difícil, com alta do dólar, preços internacionais e de alimentos subindo. No ambiente doméstico, ainda há incerteza em relação ao pacote de corte de gastos.

Daniel Duque, pesquisador da FGV, prevê que no

próximo ano, os percentuais de miséria e pobreza devem ficar estacionados ou até registrar alguma alta.

- Mesmo o mercado de trabalho deve melhorar pouco, já que estamos praticamente em pleno emprego. Não vai ter reajuste no Bolsa Família, o que come o poder de compra do benefício com a inflação. Precisaria de uma economia mais forte para compensar esse aperto fiscal -diz Duque.

Segundo Neri, 2023 foi um ano excepcional em que a renda do trabalho cresceu 10% -o melhor desempenho desde o Plano Real, em 1994, ressalta ele. O ganho ajuda a explicar boa parte da redução da pobreza.

Para Naercio Menezes Filho, professor do Insper, os dados mostram que o país está indo melhor na área social, mas o que falta é o aumento da produtividade: - Sem aumentos de produtividade é difícil sustentar esse ciclo. O aquecimento (do mercado de trabalho) bate na inflação, tem aumento de taxa de juros que vai afetar mais cedo ou mais tarde o emprego.

Para Francisco Menezes, assessor de Políticas da ActionAid, o Brasil deve sair do mapa da fome em 2025. Isso porque a avaliação é feita a cada três anos e, portanto, os dados positivos dos anos anteriores abririam espaço para a mudança de avaliação. Ele lembra que o governo acrescentou ao Bolsa Família transferências para crianças, adolescentes e mães solo: - Isso teve repercussão no acesso à alimentação desses grupos vulneráveis.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Desigualdade persiste mesmo com alta do PIB e benefícios sociais

(*Carolina Nalin e Cássia Almeida*)

próximos a 0,3.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O índice de Gini -indicador que mede a desigualdade de renda, varia de zero a 1 e, quanto maior, pior - se manteve estacionado em 0,518 entre 2022 e 2023. Num ano em que a economia brasileira cresceu 3,2%, o desemprego caiu e houve uma expansão do pagamento de benefícios sociais, com a manutenção do valor do Bolsa Família - antes chamado Auxílio Brasil -em R\$ 600, a desigualdade de renda no Brasil, que é uma das maiores do mundo, não recuou.

Segundo o IBGE, a estabilidade pode ser atribuída justamente ao crescimento da renda do trabalho impulsionada pelo mercado aquecido, que beneficiou principalmente os grupos com rendimentos mais elevados, já que eles dependem mais de salários. Ou seja, os ganhos do mercado de trabalho não foram apropriados pelos mais vulneráveis.

Por outro lado, os efeitos dos benefícios de programas sociais impediram um aumento da desigualdade.

-É difícil de entender essa estabilidade na desigualdade, pois houve alta maior no salário dos menos qualificados. Pode estar ligado a outros componentes da renda, como lucro, juros, aluguéis - afirma Naercio Menezes Filho, professor do Insper.

O IBGE estima que a desigualdade teria aumentado em 7,2% em 2023 sem os benefícios do governo. O índice de Gini, que mede essa disparidade, subiria de 0,548 para 0,555. As regiões Norte e Nordeste seriam as mais impactadas pela falta dos programas, com a desigualdade chegando a 12,9% e 16,8%, respectivamente.

O impacto seria menor nas regiões Sudeste e Sul. O índice de Gini subiria 4,2% e 3,7%, passando de 0,508 para 0,529 no Sudeste e de 0,454 para 0,471 no Sul.

Apesar de o índice de Gini estar em seu menor valor desde o início da série, em 2012, o Brasil continua a ser um dos países mais desiguais. Entre 22 nações, o Brasil é o segundo mais desigual -só perde para a Colômbia, com índice de 0,548.

A exceção do vizinho latino-americano, nenhum chega à marca de 0,5. Entre os países com os menores índices de Gini estão Suécia e Irlanda, com valores

Câmara aprova urgência de projetos sobre gastos

CAMILA TURTELLI E GABRIEL SABÓIA
economia@oglobo.com.br **BRASÍLIA**

Apesar da insatisfação do Congresso com as emendas bloqueadas, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem a urgência do projeto de lei que limita o crescimento real (acima da inflação) do salário mínimo ao mesmo percentual máximo previsto para o arcabouço fiscal, de 2,5% ao ano. O projeto trata ainda do pente-fino para programas sociais, como parte do pacote de ajuste fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na semana passada.

A aprovação da urgência acelera a tramitação da proposta e faz com que o projeto não tenha de passar por comissões temáticas e possa ser votado diretamente no plenário. A votação do mérito do projeto, no entanto, só deve ocorrer após o governo iniciar o pagamento das emendas parlamentares represadas.

A votação da urgência ocorreu após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dizer que o governo não tinha votos sequer para aprová-la. Ele garantiu, porém, que a Casa não iria "faltar". Uma reunião de líderes foi realizada no início da noite e, apesar do acordo para aprovar a urgência, não houve consenso sobre a relatoria do projeto ou compromisso com o mérito.

O governo só deve iniciar o pagamento das emendas represadas a partir de sexta-feira, segundo o líder do governo, Randolfe Rodrigues (PT-AP). Até lá, a disposição do Congresso para avançar com o pacote de corte de gastos é mínima.

Na terça-feira, a Secretaria de Relações Institucionais pediu ao Ministério da Fazenda a liberação de R\$ 7,8 bilhões para realizar o pagamento, nos próximos dias, de emendas já empenhadas, a fim de apaziguar os ânimos da Casa após a decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), de impor regras mais rígidas sobre essas emendas.

O projeto cuja urgência foi aprovada altera os cálculos de renda pessoal e familiar para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. O texto prevê que, se a família já tiver outro beneficiário do BPC ou aposentadoria, esses recursos entrarão no cálculo da

renda familiar per capita, por exemplo.

O mesmo projeto oficializa temas já divulgados pela Fazenda para o Bolsa Família, como: biometria obrigatória para inscrição e atualização cadastral; atualização obrigatória para cadastros desatualizados há 24 meses; e restrição para municípios com percentual elevado de famílias unipessoais.

Outro projeto cuja urgência foi aprovada retoma a tentativa de autorizar o bloqueio de emendas parlamentares na mesma proporção de outras despesas discricionárias (não obrigatórias) do Poder Executivo, a fim de garantir o equilíbrio das contas públicas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Câmara aprova urgências para projetos do pacote fiscal por placar apertado

Raphael Di Cunto e Mariana Assis De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira (4) os requerimentos de urgência para os projetos de lei do ajuste fiscal. Com isso, os textos poderão ser votados diretamente no plenário. O projeto de lei complementar teve a urgência aprovada por apenas três votos. Foram 260 a 98. Para acelerar a proposta, era necessário o apoio de 257 deputados. No caso do projeto de lei, foram 267 votos a 156. Em ambos os casos, o apoio ficou muito aquém do necessário para aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC) do ajuste - que exige 308 votos.

Um apoio decisivo à urgência foi o do PSD. A sigla tinha se recusado a assinar o requerimento e a coautoria do projeto para demonstrar sua insatisfação com o governo Lula (PT). "O bloco e o

PSD orientam sim", disse o líder da sigla, Antonio Brito (BA). Ele era candidato à presidência da Câmara, mas foi preterido pelo PT, que decidiu apoiar a candidatura do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) por uma aliança com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Mesmo assim, maioria dos deputados do PSD votou para rejeitar a aceleração do projeto de lei complementar. Foram 20 votos não e 17 sim. Os votos contrários, inclusive, foram quase todos de partidos da base, já que PL e Novo declararam obstrução na primeira votação. O União Brasil deu 44 votos pela rejeição e nove a favor. O Psol votou 100% contra.

Líder da maioria na Câmara, o deputado André Figueiredo (PDT-CE) afirmou que o apoio à urgência servirá para debater o conteúdo dos projetos. "Com todo o senão que podemos ter em relação ao conteúdo das matérias, vamos votar a favor da urgência", disse.

Pela manhã, o presidente da Câmara dos Deputados afirmou que o governo não tinha votos nem mesmo para aprovar os requerimentos de urgência aos projetos por causa da insatisfação com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as emendas parlamentares ao Orçamento, mas que tentaria um acordo para votá-los.

Ele destacou que o Congresso aprovou um projeto e a

lei foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para regulamentar as emendas com "transparência e rastreabilidade", e "quem fizer errado na ponta tem todos os órgãos de controle para tomar conta", mas que o Supremo estabeleceu regras diferentes daquelas combinadas entre Legislativo e Executivo.

"E veio logo em seguida uma outra decisão [do STF] remodelando tudo o que foi votado, causa muita, muita intranquilidade legislativa", disse, ao participar de evento do site "Jota". "Hoje o governo não tem voto nem sequer para aprovar as urgências dos projetos de lei", comentou, pela manhã. À noite, Lira reuniu os líderes dos partidos e fez um apelo para que as urgências fossem aprovadas, com o compromisso de que os projetos só serão votados se houver acordo.

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou a execução das emendas parlamentares após quatro meses paralisada para que o Congresso estabelecesse novas formas de transparência. Mas impôs novas regras: mudou o cálculo do valor das emendas, para reduzi-lo com o tempo; exigiu um plano de trabalho para as "emendas pix"; e determinou que seja divulgado, de forma individualizada, o deputado e senador que apadrinhar as emendas de bancada e de comissão, que são coletivas.

O Congresso cobra que o presidente Lula entre em campo e convença Dino, que foi seu ministro da justiça, a recuar da decisão. A Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com pedido para que o Supremo reconsidere esses três pontos, aprovados pela Corte por unanimidade, e os deputados dizem que o pacote fiscal só andarás se isso ocorrer.

Na quarta-feira, Lira informou também que enviará a PEC do ajuste fiscal direto para o plenário. Inicialmente, ele tinha encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), num aceno à oposição. O governo tentou aprovar em um único dia, mas não teve sucesso porque o Psol disse que pediria vista. "Tentei um acordo para pacificar a comissão. Não foi possível. Paciência, o país precisa aprovar essa PEC até o dia 18 ou 20", afirmou o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE). Mesmo se esse prazo for cumprido, porém, não haveria tempo para que seja votada no Senado este ano.

Outro problema para o governo é que, nos poucos pontos que já foram debatidos, há mais defecções na base aliada. O MDB votará contra a mudança na regra de cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal, afirmou o presidente nacional do partido, deputado Baleia Rossi(SP). A medida traria economia entre R\$ 12 bilhões e R\$ 16 bilhões até 2030 ao congelar o valor das verbas, que seriam atualizadas apenas pela **inflação**. A decisão ocorreu a pedido do governador Ibaneis Rocha (MDB) e da bancada local da sigla. Na Câmara, o partido tem 44 deputados federais. Já no Senado está entre as maiores bancadas, com 11 integrantes. Iba-neis também se encontrou com Lira para pedir a rejeição.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188059?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188059?page=2§ion=1)**

Tensão comercial ameaça a economia global, diz OCDE

Assis Moreira De Genebra

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prevê que a economia mundial continuará a mostrar resiliência nos próximos dois anos, mas aponta "riscos cada vez maiores" vinculados ao aumento de tensões comerciais e a "nova tendência para o protecionismo".

Em relatório sobre as perspectivas econômicas globais, a entidade não menciona uma só vez o nome de Donald Trump e suas ameaças de impor mais tarifas e outras medidas unilaterais que podem causar guerras comerciais, mas parece clara a preocupação com o que poderá vir com o novo ocupante da Casa Branca.

A entidade sediada em Paris projeta crescimento global de 3,3% em 2025 e 2026, comparado a 3,2% neste ano. A **inflação** deverá convergir para as metas em quase todas as principais economias.

Projeta que a **inflação** baixa, o crescimento estável do emprego e a política monetária menos restritiva ajudarão a sustentar a demanda, apesar de alguns leves ventos contrários causados pelo "necessário aperto" da política fiscal em vários países.

Diz ser provável que algumas diferenças de crescimento entre países persistam no curto prazo, mas desaparecerão à medida que "o crescimento sólido nos EUA e no Brasil começar a diminuir e a recuperação na Europa ganhar ritmo".

Acredita que a demanda interna dinâmica na Índia e na Indonésia e as medidas de estímulo recentemente anunciadas na China e no Japão sustentem a continuidade do forte crescimento na Ásia.

O cenário é de resiliência, mas os tempos são de incertezas. Observa que o comércio tem sido "um importante motor de crescimento mundial, de criação de emprego e de redução de pobreza". Nota que nem tudo funcionou na perfeição e nem sempre as vantagens comerciais foram compartilhadas de forma equitativa.

"Ainda assim, as crescentes tensões comerciais e a nova tendência para o protecionismo poderão perturbar as cadeias de abastecimento, aumentar os

preços ao consumidor e ter um impacto negativo no crescimento", alerta.

Também uma escalada das tensões geopolíticas e dos conflitos poderá criar turbulências no comércio e nos mercados energéticos, induzindo um eventual aumento dos preços da energia.

Outra fonte de risco para a economia mundial é o estado das finanças públicas em vários países. A dívida pública atingiu níveis muito elevados em algumas economias.

Várias economias emergentes e de baixa renda já estão excessivamente endividadadas ou nessa direção. Outras enfrentam cada vez mais dificuldades fiscais.

As crescentes pressões decorrentes do aumento dos gastos com a defesa, do envelhecimento da população, e da transição ecológica e energética contribuem para exacerbar essa situação. E a falta de margem fiscal poderia comprometer a capacidade dos governos para fazer face a futuras crises.

Insiste ser necessário que os governos elaborem "estratégias credíveis para controlar as finanças públicas". E sugere prudência aos bancos centrais, porque qualquer fracasso na tentativa de conter a **inflação** de forma duradoura só aumentaria os riscos para o crescimento e os rendimentos reais.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188059?page=2§ion=1>

Economia não está crescendo acima de seu potencial (Artigo)

Por José Luis Oreiro

José Luis Oreiro é professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília.

Os dados do **PIB** do terceiro trimestre de 2024 divulgados anteontem pelo IBGE mostram uma economia que apresenta uma notável performance em termos de crescimento. Com efeito, o **PIB** brasileiro apresentou um crescimento de 0,9% com respeito ao segundo semestre de 2024 e de 4% na comparação com igual período do ano anterior. Considerando que o crescimento médio da população brasileira foi de 0,52% ao ano no período compreendido entre 2010 e 2022, segundo dados do Censo Demográfico, o crescimento do **PIB** per capita terá sido de 3,48% na comparação entre o terceiro trimestre de 2024 e o terceiro trimestre de 2023, provavelmente um dos melhores resultados obtidos nos últimos 13 anos.

Se a economia brasileira conseguir manter um crescimento do seu **PIB** per capita à taxa de 3,4% ao ano, o Brasil poderá dobrar a sua renda per capita a cada 20 anos, o que fará com que, no espaço de 30 anos, o país alcance o atual nível de renda per capita da Espanha.

Este resultado é ainda mais positivo quando constatamos que, desde o início do governo Lula, o crescimento do **PIB** a cada trimestre, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, está se acelerando. O crescimento do **PIB** passou de 2,4% no quarto trimestre de 2023 para 2,6% no primeiro trimestre de 2024, 3,3% no segundo trimestre do corrente ano e alcançou a marca de 4% no terceiro trimestre. O Brasil está passando por uma fase de aceleração de crescimento que não parece ser o resultado de condições internacionais excepcionalmente favoráveis, como o ocorrido em momentos anteriores de nossa história recente. Pelo contrário, o cenário geopolítico está particularmente complicado devido a tensões crescentes no Oriente Médio, desaceleração do crescimento da economia da China e da União Européia (UE), além da escalada no conflito militar na Ucrânia.

Muitos economistas irão afirmar que o ritmo atual de crescimento da economia brasileira é insustentável, pois se trata de um crescimento acima do potencial. Eu discordo desse tipo de análise. O crescimento

potencial, ou seja, aquele ritmo de crescimento do produto que é compatível com um crescimento equilibrado da demanda e da capacidade produtiva pode ser avaliado por intermédio do velho, mas ainda atual, modelo de crescimento Harrod-Domar. Com base nele, a taxa de crescimento potencial é determinada pela taxa de investimento, pela relação capital-produto e pela taxa de depreciação do estoque de capital.

Os dados apresentados pelo IBGE mostram uma taxa de investimento que está em processo de elevação: a formação bruta de capital fixo como proporção do **PIB** aumentou de 16,4% no segundo trimestre de 2024 para 17,6% no terceiro trimestre. Considerando um valor de 2,4 para a relação capital-produto no ano de 2021, último dado disponível no site do Ipea-Data, e uma taxa de depreciação do estoque de capital agregado de 3,5% ao ano, como é usual nos exercícios de contabilidade do crescimento, o valor atual da taxa de investimento é compatível com uma taxa de crescimento de 3,8% ao ano.

Outro obstáculo ao crescimento poderia advir do mercado de trabalho. Com efeito, a taxa de desemprego calculada pelo IBGE vem apresentando uma tendência contínua de queda desde o primeiro trimestre de 2022, quando registrou o patamar de 11,1% da força de trabalho. Nos trimestres subsequentes, a taxa de desemprego caiu para 7,9% da força de trabalho no quarto trimestre de 2022, tendo permanecido mais ou menos estável nesse patamar até o primeiro trimestre de 2024, quando reinicia um processo de queda, atingindo 6,4% no terceiro trimestre de 2024.

Muitos analistas consideram que esse patamar de desemprego significa que o Brasil alcançou ou está em vias de alcançar o pleno emprego da força de trabalho. Dessa forma, a continuidade do crescimento do **PIB** nos patamares atuais terminaria por gerar pressões inflacionárias no mercado de trabalho, as quais levariam a uma espiral salá-rios-preços, exigindo maiores doses de taxa de juros por parte do Banco Central.

O problema com esse tipo de análise é que a mesma desconsidera que o Brasil, devido a sua heterogeneidade estrutural, possui uma grande massa de desemprego disfarçado, ou seja, de trabalhadores

que estão exercendo atividades com baixa produtividade no setor informal da economia por não encontrarem vagas no setor formal. Calcular o tamanho do desemprego disfarçado não é, contudo, tarefa fácil. Aplicando a metodologia desenvolvida por Eatwell e Milgate (2011), Salviano (2024) mostrou que, no primeiro trimestre de 2024, havia mais de 1,4 milhões de desempregados disfarçados no Brasil, ou seja, além dos trabalhadores oficialmente desempregados, segundo a metodologia do IBGE. Dessa forma, ainda parece existir uma ociosidade considerável no mercado de trabalho brasileiro.

A restrição ao atual padrão de crescimento da economia brasileira se encontra no setor externo. Com efeito, nos três primeiros meses de 2024, não só as importações vêm apresentando um crescimento sistematicamente maior do que as exportações, como ainda o ritmo de crescimento das exportações está se desacelerando, ao passo que o ritmo de crescimento das importações se acelera. Os dados divulgados pelo IBGE mostram claramente esse fenômeno. A taxa de crescimento das exportações passa de 6,1% no primeiro trimestre de 2024 (na comparação com o mesmo período de 2023) para 4,3% no segundo trimestre e 2,1% no terceiro trimestre. Já as importações seguem o caminho oposto: elas passam de um crescimento de 10% no primeiro trimestre de 2024 para 14,7% no segundo trimestre, alcançando 17,1% no terceiro trimestre.

Historicamente no Brasil fases de aceleração de crescimento são abortadas por problemas no balanço de pagamentos, decorrentes quer de um ritmo insustentável de crescimento das importações, ou do baixo dinamismo das exportações, ou de uma deterioração dos termos de troca, ou ainda devido ao aumento da taxa de juros internacional. A desindustrialização prematura da economia brasileira ocorrida desde 2005 levou a uma reprimarização da nossa pauta de exportações, com a consequente perda de dinamismo exportador.

Durante muito tempo esse problema foi mascarado pelo comportamento benevolente do preço dos produtos primários. Ao que tudo indica, com a desaceleração do crescimento da China, essa fase acabou. A partir de agora ou o Brasil retoma o dinamismo exportador, aumentando de forma significativa a participação das manufaturas na pauta de exportação ou então o atual ciclo de aceleração de crescimento será interrompido pela restrição externa.

1. Referências: Eatwell, John; Milgate, Murray. The fall and rise of Keynesian economics. Oxford University Press, 2011.

2. Salviano, H. (2024). Uma análise do multiplicador

fiscal brasileiro sob a óptica do desemprego disfarçado. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade de Brasília.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188059?page=2§ion=1>

Expansão de captações privadas retarda efeito de alta da Selic

Liane Thedim Do Rio

Os efeitos dos juros altos na economia estão sendo retardados pela explosão do mercado de crédito privado, que tem dado acesso a recursos com prazo mais longo e taxas mais baixas às empresas. A conclusão é de estudo do Centro de Estudos do Financiamento das Empresas Brasileiras da Fipe (Cefeb-Fipe), que mostra uma forte redução da fatia do crédito bancário na captação líquida das companhias, de 2,60% do **PIB** no trimestre encerrado em dezembro de 2023 para níveis próximos de 1,5% em julho de 2024. Já a de ofertas no mercado de capitais mais que dobrou, passando de 1,37% do **PIB** em janeiro para 3,47% em julho.

Nada menos do que 60% do que entrou no caixa de todas as empresas brasileiras entre maio e julho foi proveniente de emissões, um recorde histórico. Do exigível financeiro, o mercado de capitais passou a representar 30%, frente a 16,2% em 2016.

"As empresas estão se valendo de um financiamento longo via mercado de capitais, mais barato que o bancário, no mesmo momento de um aperto monetário", confirma Fernando Rocha, economista-chefe da JGP.

Na segunda-feira, o tema foi abordado por Gabriel Galípolo, diretor de política monetária e futuro presidente do Banco Central. Segundo ele, no país há "mecanismos de proteção" criados para a convivência com juros altos e que funcionam como um "efeito mitigador" da política monetária em vários setores. "Curiosamente, quem não tem nenhum mecanismo de defesa para alta de juros é o Tesouro Nacional. É um tema que precisa ser enfrentado", disse. Ele ressaltou, entretanto, que a expansão fiscal do governo pode estar impulsionando o consumo e levando a economia a um crescimento maior que o esperado.

Carlos Antonio Rocca, coordenador do Cefeb-Fipe, diz que, na outra ponta, os bancos estão concedendo mais empréstimos, apesar da alta da Selic. Segundo ele, o volume de captação não leva as instituições financeiras a concederem mais ou menos crédito. "Embora a política de juros no Banco Central influencie, o canal de transmissão da política monetária via crédito depende da decisão da política por parte dos bancos, que levam em conta a mitigação

dos riscos de crédito e a otimização do lucro", diz.

Em julho de 2023, por exemplo, o sistema bancário tinha um saldo de R\$ 352,2 bilhões em captações via títulos e em depósitos e, ao mesmo tempo, reduziu em R\$ 24,9 bilhões o saldo de crédito, em meio à crise causada pelo rombo no balanço da Americanas. Já neste ano, após as restrições do Conselho Monetário Nacional, em fevereiro, às emissões de letras de crédito imobiliário e do agronegócio (LCI e LCA), o saldo captado pelos bancos estava negativo em R\$ 38,9 bilhões em julho de 2024, ao passo que o saldo de crédito para as empresas aumentou R\$ 49,1 bilhões.

Para Rocca, a facilidade da rolagem da dívida e a forte liberação de crédito por parte dos bancos não são capazes de anular o efeito da alta de juros, mas indicam a necessidade de aprofundar os estudos dos efeitos da expansão do mercado de capitais nos canais de transmissão da política monetária. "É muito mais a questão do "timing" e da intensidade com que a política monetária atinge seus objetivos. As empresas estão rolando dívidas e, de algum modo, retardando esse efeito imediato sobre o nível de atividade." Rocca afirma que os níveis de endividamento das empresas brasileiras estão relativamente elevados em relação ao **PIB**, passando de 50,2% em 2019 para 56% em junho de 2024. Quando a amostra é restrita às companhias de capital aberto, os índices de alavancagem (relação entre dívida financeira e capital próprio) sobem de 1,15 vez para 1,33 na mesma base de comparação, muito perto do índice máximo de 1,34 observado na crise de 2015.

Rocha, da JGP, chama a atenção, no entanto, para uma distorção potencializada pelo grande crescimento do crédito privado neste ano. "A isenção de CRIs, CRAs [certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio, respectivamente], LCIs, LCAs, LIGs [letras imobiliárias garantidas] e debêntures incentivadas tira demanda do papel público que paga Imposto de Renda." O estoque desses títulos, afirma, subiu de R\$ 400 bilhões em 2020 para R\$ 1,7 trilhão agora, maior que o de prefixados do Tesouro Nacional, de R\$ 1,598 bilhão. Se somados na conta os papéis indexados ao IPCA, o volume chega a R\$ 3,4 trilhões. "Ou seja, os privados em poder do mercado já correspondem à metade do total em públicos prefixados e corrigidos pelo IPCA", completa Evandro

Mota, sócio-gestor de multimercados da gestora. De acordo com ele, a isenção significa uma renúncia fiscal de R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões por ano.

Para Rocha, a alta de juros no mercado pode, inclusive, estar ligada a essa migração do dinheiro, pois a demanda em leilões de títulos públicos prefixados e indexados a índices de preços vem caindo. Em setembro, a reconfiguração levou o Tesouro a rever o Plano Anual de Financiamento, que estabelece limites de referência para a composição da Dívida Pública Federal (DPF), prevendo mais LFTs (ligados à Selic) e menos LTNs e NTN-F (prefixados) e NTN-Bs (corrigidas pelo IPCA). Os com taxa pré-determinada devem registrar participação entre 22% e 26% do total no fim do ano (ante 24% e 28% no plano anterior, de janeiro), enquanto a dos atrelados a índices de preços deve ficar entre 25% e 29% (ante 27% e 31%). Já a participação esperada para os pós-fixados é de 43% a 47%, ante o intervalo de 40% a 44% divulgado em janeiro. "A demanda nos leilões de títulos públicos não está boa, e a parcela pós-fi-xada, que era de 5%, aumentou, piorando o perfil da dívida", diz.

De acordo com Mota, é um arcabouço bem intencionado, mas que precisa ser reavaliado. "Com ele o governo canibalizou e dificultou a rolagem da dívida pública, abriu mão de arrecadação e levou muita gente que não entende o risco que está tomando para crédito privado, o que está levando a uma distorção de preços", afirma.

A outra distorção a que o gestor se refere é nos prêmios de risco, a diferença que a empresa paga acima dos títulos públicos e que caiu a níveis recordes neste ano. O gestor acredita que uma solução possível seria limitar as isenções de IR por a emissões de pequenas e médias empresas, têm pouco acesso ao mercado de capitais.

Nesse aspecto, Rocca chama a atenção para o fato de que o aumento da importância do mercado de capitais como fonte de captação amplia as diferenças, já que apenas cerca de 2,2 mil empresas, as maiores, têm acesso fácil a esse tipo e operação. As pequenas e médias acabam expostas aos custos do crédito bancário, mais altos. Porém, o coordenador do Cefeb-Fipe frisa que um pedaço desses recursos acaba indo também para fornecedores dessas grandes companhias, inclusive via operações de antecipação de recebíveis.

Robson Gonçalves, professor da Fundação Getulio Vargas, não vê relação entre a elevação dos juros no mercado futuro e o crescimento da demanda por títulos privados em detrimento dos públicos. Segundo ele, os investidores estão "exigindo" taxas maiores

para financiar o governo por causa da desconfiança em relação à política fiscal. "A geração de superávit primário vem sendo empurrada com a barriga e ter dificuldade de colocar prefixados no mercado é sinal de estresse", diz. "Ainda que não estivesse acontecendo o crescimento das debêntures, Tesouro já estaria com esse problema, o que mostra que a situação é grave." Para ele, o aumento no financiamento às empresas é bom porque não restringe a oferta no mercado interno, não gera desemprego e cria uma concorrência saudável entre crédito privado e público. O nó acontece quando os bancos passam a preferir financiar o consumo ao governo. E, do outro lado, sem educação financeira, os consumidores tomam esse crédito mais caro porque só se preocupam se a prestação cabe no orçamento. "É possível ter pleno emprego e baixa **inflação** contendo apenas o consumo de bens e serviços. O que enfraquece e pode tornar obsoletos os mecanismos de transmissão da política monetária é a percepção de risco dos títulos públicos. Não temos mais âncora fiscal e essa ausência prova essa disfunção." Fernando Nogueira da Costa, professor da Unicamp, também afirma que vê a expansão do mercado de capitais como sinal de amadurecimento do país e diz que o principal objetivo do Banco Central ao elevar os juros é evitar fuga para o dólar e, com isso, não "importar" **inflação**.

"As empresas estão se valendo de um financiamento longo, mais barato que o bancário" Fernando Rocha

"O que enfraquece os mecanismos de transmissão da política monetária é a percepção de risco dos títulos públicos" Robson Gonçalves

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188059>

Economia resiliente permite flexibilização lenta, diz Powell

O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, disse que a resiliência da economia americana permite que o banco central possa cortar os juros mais lentamente. Segundo ele, a economia está melhor agora do que quando o Fed começou a reduzir as taxas em setembro, o que dá à autoridade monetária mais tempo para realizar os cortes. "A boa notícia é que o Fed pode ser mais cauteloso enquanto tenta encontrar a taxa neutra, que não impulsiona nem contrai a economia", disse. O dirigente afirmou que a economia está crescendo mais do que o esperado, o que acabou fazendo com que a **inflação** ficasse um pouco mais alta. Ao ser questionado sobre se as tarifas prometidas pelo presidente eleito, Donald Trump, vai alterar a política monetária, Powell disse que ainda é muito cedo para fazer conjecturas. "Não sabemos a extensão das tarifas nem sua duração. Não podemos fazer política sobre coisas que não sabemos."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188059>

BC terá "meses de más notícias" à frente e precisa de "munição", diz Guardado

Anais Fernandes e Mariana Ribeiro De São Paulo

O Banco Central (BC) precisa ter "munição" para enfrentar ainda uma série de meses com notícias "muito ruins" à frente, ao menos até fevereiro ou março de 2025. A avaliação é de Fernanda Guardado, chefe de pesquisa macroeconômica para América Latina do BNP Paribas, que elevou sua projeção para a Selic ao fim do ciclo de altas de 12,75% para 13,5%, patamar em que a taxa deve permanecer ao longo de todo o ano seguinte.

Para Guardado, acelerar a alta da Selic na próxima reunião de 0,50 ponto percentual para 1 ponto geraria muita volatilidade. Ela acredita que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC "já estará fazendo um ajuste importante" se acelerar a alta da Selic para 0,75 ponto na próxima semana.

Guardado, que é ex-diretora do BC, afirma que o grupo "tem de ter a cabeça mais fria entre os agentes, porque está tomando decisões que vão ter impacto em 18 meses".

"Muita gente diz para [o BC] dar [uma alta] mais forte agora e começar a cortar logo depois. Eu acho que isso não faz sentido. Uma estratégia como essa adiciona volatilidade à economia. É difícil para as empresas se programarem nesse tipo de ambiente", afirmou Guardado durante almoço com jornalistas em São Paulo.

"O BC tem uma estratégia de tentar estender mais o seu ciclo para dar tempo de digerir as notícias, as mudanças no cenário." Isso não significa, segundo Guardado, que o BC vai se furtar de fazer o que precisa. Mas a política monetária, disse, não é algo tão preciso assim. "Alguns diretores do BC têm falado e eu concordo: tem diversas maneiras de se chegarão mesmo ponto", afirmou.

Para Guardado, ante uma "estratégia de choque", faz mais sentido o BC manter os juros mais altos por mais tempo e "ter munição para reagir enquanto as notícias negativas estão chegando". "Se o BC faz tudo de uma vez e continua com dois, três meses de notícias negativas, o mercado não vai achar que você [BC] chegou no ponto e está "ok". Vão pensar: "Estamos sendo surpreendidos negativamente; vocês vão ter de entregar mais"." Para se observar notícias

consistentes de desaceleração da atividade e da inflação, "acho que estamos falando de fim de março", disse.

Um "choque de juros" também não "resolveria a nossa questão", afirmou, porque o cerne dela é a falta de credibilidade da política fiscal. "O BC está agindo para trazer a inflação de volta para a meta, fazer as expectativas voltarem para a meta. Isso não vai ser resolvido em uma reunião apenas, vai ser resolvido com persistência", afirmou.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188059>

Precatórios x FIIs: onde há mais chance de retorno? - PALAVRA DO GESTOR

Gabriel Redivo é sócio e diretor de gestão da Aware Investments E-mail gabriel.redivo@awaregestao.com

Investir é uma arte que combina risco, retorno e diversificação, e cada tipo de ativo oferece características próprias que atendem diferentes perfis e objetivos financeiros. Entre as opções que têm atraído a atenção dos investidores nos últimos anos estão os precatórios e os fundos imobiliários (FIIs). Para investidores que buscam ampliar sua carteira com ativos de maior rentabilidade, estes dois produtos oferecem caminhos bastante distintos.

Enquanto os FIIs têm se popularizado entre os brasileiros como uma opção para geração de renda passiva e exposição ao setor imobiliário, os precatórios ganham destaque pela possibilidade de aquisição com deságio e um retorno atrativo quando comparado aos rendimentos dos FIIs. Os fundos imobiliários são populares no Brasil por proporcionar ao investidor a possibilidade de exposição ao mercado de imóveis sem a necessidade de adquirir um imóvel físico. Esse tipo de investimento atrai aqueles que buscam renda passiva, já que muitos FIIs distribuem dividendos mensais isentos de imposto de renda para pessoas físicas.

Um exemplo comum são fundos que distribuem dividendos na faixa de 0,80% ao mês, o que se traduz em um retorno anual de cerca de 10% ao ano. Embora essa renda seja atrativa, os fundos imobiliários vêm enfrentando desafios nos últimos anos, incluindo vacância em imóveis e problemas de inadimplência em "FIIs de papel" (que investem em títulos imobiliários, como CRIs) e em Fiagros (focados no setor de agronegócio). Com a **inflação** e a alta dos juros, o risco de crédito para esses fundos de papel aumentou, tornando-os uma alternativa mais volátil e complexa. Além disso, a oscilação no valor das cotas dos FIIs pode afetar o retorno final do investidor, especialmente em momentos de crise ou desaceleração no setor imobiliário.

Os precatórios, por outro lado, apresentam-se como uma alternativa menos explorada e com rentabilidade mais elevada. Em essência, precatórios são ordens de pagamento emitidas pelo governo-em âmbito federal, estadual ou municipal- para quitar dívidas decorrentes de decisões judiciais a favor de pessoas físicas ou jurídicas. A principal atratividade desses ativos está na

possibilidade de adquiri-los com deságio significativo, o que eleva o potencial de valorização ao longo do tempo. Com uma rentabilidade média de cerca de 22% ao ano, os precatórios superam o retorno de muitos FIIs.

A compra de precatórios com deságios que chegam a 45% ou mais cria oportunidades para investidores que buscam ganhos de capital elevados. Diferentemente dos FIIs, os precatórios não enfrentam os riscos de vacância ou de crédito privados - o pagamento depende da capacidade do governo, que, embora possa sofrer atrasos, possui menor risco de inadimplência no longo prazo em comparação com devedores do setor privado. Comparando a rentabilidade, fica evidente a vantagem dos precatórios em termos de crescimento patrimonial.

Exemplo: suponha que um investidor tenha R\$ 100 mil. Investindo em FIIs com rendimento de 0,80% ao mês, ele receberia cerca de R\$ 800 mensais, acumulando R\$ 9.600 ao final de um ano. Já com precatórios que rendem 22% ao ano, o valor final ao término do período seria de R\$ 122 mil - uma diferença substancial no longo prazo, especialmente para investidores que desejam maximizar o crescimento do capital.

Para investidores que preferem não adquirir precatórios diretamente, os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) surgem como uma alternativa prática e acessível. Os FIDCs reúnem recursos de investidores para alocar em direitos creditórios, incluindo precatórios, permitindo uma diversificação dentro dessa classe de ativos. Esses fundos são geridos por profissionais que identificam precatórios com deságios vantajosos e fazem a gestão do fluxo de pagamento, reduzindo o risco e proporcionando uma maior liquidez ao investidor.

A decisão entre investir em fundos imobiliários e precatórios depende do perfil do investidor e de seus objetivos financeiros. Os FIIs são uma escolha interessante para quem busca renda mensal isenta de IR e prefere a liquidez das cotas negociadas na bolsa. No entanto, os desafios de vacância, o aumento do risco de crédito em fundos de papel e as incertezas associadas aos Fiagros trazem uma volatilidade maior para esse tipo de investimento.

Os precatórios, por sua vez, oferecem um retorno anual superior e são indicados para investidores que buscam maior valorização do capital no longo prazo. A possibilidade de adquirir precatórios com deságio cria um potencial de ganho expressivo, sem os riscos característicos dos FIIs. Embora os precatórios não proporcionem renda mensal, sua valorização ao longo do tempo pode ser uma estratégia mais rentável para aumentar o patrimônio. Qual é a sua escolha?

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188059>

Fase de mudanças

Juliana Colombo Para o Valor, de São Paulo

O setor de refeições coletivas passa por um momento de transformações, com participação mais ativa de fundos de investimentos, que impulsionam uma fase de aquisições, novos hábitos de consumo e inovações tecnológicas. Com atuação em empresas, escolas e hospitais, as operadoras de restaurantes corporativos movimentaram R\$ 32 bilhões em 2023. Este ano, a Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas (Aberc) prevê faturamento de R\$ 33,9 bilhões.

O mercado potencial, no entanto, é bem maior, considerando a tendência de diversificação do portfólio das empresas, que cada vez mais incorporam outros serviços de apoio para os clientes, como limpeza e manutenção, além de iniciativas no varejo e atuação em grandes eventos musicais e esportivos.

Em seminário em São Paulo no fim de outubro, a Aberc divulgou pesquisa na qual identificou que 52% dos consumidores das refeições nas empresas estariam dispostos a pagar para ter acesso a pratos diferentes. Uma pista talvez para o que o setor prepara para 2025. Daniel Mendez, presidente da Aberc, diz que há associados que produzem comida industrial e também marmitas, por exemplo. "É um mercado que precisa ser melhor trabalhado, profissionalizado." Enquanto experimentam a consolidação do setor e trabalham em diferentes frentes, as empresas lidam com desafios, como **inflação** dos alimentos, margens apertadas e alta rotatividade de mão de obra.

O mercado tem cerca de 850 empresas no país, mas é liderado, com folga, por três grandes competidores: Sodexo, Sapore e GRSA.

Em março, o Grupo GPS, maior conglomerado de serviços de limpeza, manutenção e segurança no país, adquiriu a GRSA, que pertencia ao grupo inglês Compass. Foi o maior negócio já fechado pela GPS, adicionando R\$ 3,3 bilhões à sua receita bruta total, que atingiu R\$ 11,5 bilhões em 2023.

Segundo Marita Bernhoeft, diretora de relações com investidores da GPS, as sinergias do negócio já foram todas mapeadas e as ações e capturas se iniciam no começo de 2025.

Com o negócio, a alavancagem do grupo chegou a 2,2 vezes o Ebitda (lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização). No último trimestre,

contudo, esse endividamento já baixou para 1,8 vezes o Ebitda, afirma Bernhoeft. "Entendemos que estamos no caminho certo para reduzir a alavancagem e permitir a retomada do programa de M A, provavelmente a partir do segundo semestre de 2025." Sobre as dificuldades de atuar em refeições coletivas, a executiva resume: "Em catering há um desafio adicional: o controle rigoroso das matérias-primas. Esse controle começa na previsão comercial, considerando sazonalidades e variações específicas, especialmente em categorias como proteínas e hortifrutis, que sofrem grande impacto de fatores externos." A Sapore também participa, como compradora, da onda de consolidação. Entre os negócios, em agosto de 2023 adquiriu a empresa de "facilities" Branco Branco e em setembro deste ano comprou o Grupo El Dourado, de alimentação para feiras e eventos.

As aquisições tiveram mais impulso em 2022, com a entrada do fundo de private equity americano Acon Investments, que detém hoje 19% da Sapore. Foi um passo na direção do objetivo de abrir o capital e realizar um IPO (sigla em inglês para oferta inicial de ações). Em 2018, a empresa tentou uma fusão com a IMC (International Meai Compa-ny), dona das redes Viena e Frango Assado, mas o projeto não foi concretizado.

A preparação para a consolidação veio no pós-pandemia, segundo Mendez, que preside a Aberc e também é o fundador e CEO da Sapore. "Com a pandemia houve a preocupação de olhar para os bastidores, da conscientização das normas de higiene, de controle e tivemos tempo de olhar para a gestão, para os custos. O setor ficou mais profissional", diz.

Já a ideia de ampliar mais o escopo com "facilities" e eventos veio antes, quando a empresa atuou nas Olimpíadas de 2016, no Rio, servindo 1,9 milhão de refeições durante os jogos, utilizando 3.142 toneladas de alimentos em 78 dias. "Preparar uma guerra é o evento mais complexo do mundo. O segundo é preparar uma Olimpíada", brinca Mendez. Segundo ele, o olhar atento àquela oportunidade o fez perceber que tinham capacidade para outros ramos.

Os planos de abertura de capital, no entanto, devem ficar para 2027. "O mercado precisa estar favorável e não está agora", diz Mendez. "Todos os controles, governança, reformas, já está tudo sendo direcionado para uma empresa pública, com previsibilidade, gestão de controles e, o mais importante, um plano de

expansão, claro, para onde vão ser usados os recursos que eventualmente entrarem nesta ação que vamos fazer daqui um ano e meio, dois", avalia. A empresa faturou R\$ 3,1 bilhão em 2023.

Fornecedora de serviços de alimentação e "facilities", a francesa Sodexo viveu um ano de transformação, com mudanças na estrutura de gestão global e a cisão, desde fevereiro, da operação de benefícios corporativos, que passou a se chamar Pluxee. O foco agora, segundo a CEO do Brasil, Andréa Krewer, é acelerar de forma sustentável o crescimento do negócio principal, de alimentação, que representa 72% das receitas no Brasil. "Facilities" respondem por 28%.

"No país, ainda existe uma elevada proporção do mercado de serviços que é operado internamente pelas próprias empresas - estima-se que aproximadamente 43% -, o que nos proporciona um grande mercado potencial para explorar", conta. "Trabalhamos para que os colaboradores tenham experiências positivas nos escritórios, nas escolas ou em alto-mar", diz Krewer.

No ano passado, a Sodexo fez uma entrada "controlada" no varejo, colocando minimercados autônomos em escritórios e em plantas industriais, batizados de Noponto. Estudos internos da companhia revelaram que as pessoas gastam em média de 3 a 10 minutos dentro dos espaços de conveniência. "Isso evidencia a relevância e a facilidade desse novo serviço, com toda a jornada de compra dos consumidores, por meio de quiosques ou do aplicativo Sodexo", conta a CEO. O ano fiscal de 2025, que se encerra em agosto do ano que vem, deve fechar com 190 micromercados implantados, segundo a executiva.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188059>

Investimentos privados em alta - DINHEIRO NA SEMANA

POR MARCOS STRECKER

Os investimentos privados em infraestrutura trazem uma boa notícia para o governo federal. Deverão somar R\$ 372,3 bilhões nos próximos cinco anos, segundo a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), uma expansão de 63,4% em relação à projeção realizada no ano passado. O montante inclui investimentos contratados ou em vias de serem contratados nos setores de transporte, saneamento e infraestrutura social. São números importantes, já que se sobrepõem ao risco de dirigismo e aparelhamento nas estatais, sem contar a indisposição do presidente com as privatizações. Boa parte dos investimentos vão para companhias que eram controladas por governos estaduais até recentemente, como a fluminense Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro) e a paulista Sabesp. Só a privatização da Sabesp, menina dos olhos do governador oposicionista Tarcísio de Freitas, incluiu R\$ 66 bilhões nessa conta. Mas o governo Lula está obtendo resultados positivos com sua aposta na nova modelagem em concessões também. Rodovias, aeroportos regionais e a renovação antecipada de contratos de ferrovias são responsáveis por boa parte desse otimismo. Apesar das dúvidas em relação ao equilíbrio fiscal e com juros e **inflação** preocupando analistas, Lula e Fernando Haddad estão conseguindo dobrar os pessimistas. O Brasil foi o segundo principal destino de investimento estrangeiro em 2023, segundo a OCDE, num momento em que os fluxos globais recuam - e devem ser redirecionados para os EUA com a nova gestão Trump.

NEOINDUSTRIALIZAÇÃO BNDES acelera O banco de fomento aprovou um recorde de R\$ 11,1 bilhões para projetos de inovação em 2024. Mesmo sendo uma cifra parcial, com dados até 14 de novembro, ela já representa o maior volume desde 1995, segundo o presidente da instituição, Aloizio Mercadante. Além de se aliar a Fernando Haddad em sua conduta cautelosa com o equilíbrio fiscal, na atual gestão Lula o petista também se alinha cada vez mais com o projeto de neoindustrialização do vice Geraldo Alckmin. Para Mercadante, tudo está sendo feito no esforço de modernização e renovação do parque industrial.

"SE OS EUA AUMENTAREM SUAS TAXAS AOS NOSSOS PRODUTOS, CADA UMA SERIA SEGUIDA

DE UMA RESPOSTA IGUAL, ATÉ QUE NOSSOS NEGÓCIOS COMUNS ESTEJAM EM RISCO " CLAUDIA SHEINBAUM, presidente do México, em resposta às ameaças de Trump de impor tarifas às exportações do país